REVISTA **PROBLEMAS BRASILEIROS** ANO 63 | NOV/DEZ 2026

PB #495

ENTREVISTA

MARINA PERSON

"O cinema nada mais é do que um espelho, você vai lá para se ver."

EDUCAÇÃO

Qualificar para produzir

Ensino técnico leva mais jovens à universidade e melhora inserção profissional

A BATALHA CONTRA O HIV

OS 90 ANOS DE 'RAÍZES DO BRASIL'



Jogada arriscada

Proibição das 'bets' abre debate sobre como superar os efeitos das apostas no bolso e na saúde, das famílias e do Estado

R$34,90

Treinamentos customizados para empresas

Saber mais. Fazer melhor.
Potencializar resultados.

Cursos presenciais e a distância.

QUER FAZER? SENAC!

sp.senac.br/corporativo

Atendimento Corporativo | Senac

FECOMERCIOSP

PRESIDENTE _ Ivo Dall'Acqua

VICE-PRESIDENTE _ Rubens Medrano

SUPERINTENDENTE _ Antonio Carlos Borges

PB

revistapb.com.br

GESTOR DE COMUNICAÇÃO _
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA _ Dimalice Nunes

REVISÃO _ Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE _ Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE _ Paula Seco, Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS _ Débora Faria, Jônia Caon e Maria Fernanda Gama

PROJETO GRÁFICO _ Paula Seco

CAPA _ Joélson Buggilla

COLABORAM NESTA EDIÇÃO _
Agência BORI, Antonio Lanzana, Ana Carolina Nunes, Ana Lúcia Melo, Caco Galhardo, Carol Castro, Charles Magno, Danilo Moliterno, Edison Veiga, Giovanna Costanti, Juliano Dip, Moura Leite Netto, Nanci Vieira, Pâmela Brito, Paulo Delgado e Rodrigo Cogo.

CONSULTORIA DE CONTEÚDO _ André Rocha

REDES SOCIAIS

CONTEÚDO _ Giovanna Costanti

DESIGN _ Lilian Doring

TRÁFEGO _ João Roz

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da **PB**. A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

FALE COM A GENTE _
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO _ Pigma



Jogada arriscada

As apostas online invadiram celulares como mero entretenimento. Mas, em pouco tempo, atravessaram o orçamento das famílias, os esportes e a saúde pública. A estimativa é que as *bets* tenham retirado até R$ 141 bilhões da economia em 2025, quase 1% do PIB. O endividamento chegou a 80% e cerca de 11 milhões de pessoas têm comportamento de risco para jogos. O custo à Saúde é de bilhões de reais por ano. Agora, a proibição promete estancar a sangria, mas vai levar tempo para reparar o prejuízo à sociedade.

EDIÇÃO FINALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2026

QUER FICAR POR DENTRO DAS NOSSAS NOVIDADES?

ACESSE O SITE DA PB PELO CÓDIGO QR

Revista Problemas Brasileiros

@pbrevista **@canalUMBRASIL**

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes, não só para a classe empresarial como também para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade publica, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

O BRASIL TEM MUITAS PERGUNTAS.

A GENTE COLOCOU ALGUMAS DELAS EM DEBATE.

O QUE PODE FAZER O BRASIL CRESCER MAIS?

ESTAMOS PRONTOS PARA O FUTURO DO TRABALHO?

DE QUE ESTADO O PAÍS PRECISA PARA AVANÇAR?

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ONDE ESTÁ O EQUILÍBRIO?

QUAL SERÁ O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO?

Para discutir essas e outras questões, **UM BRASIL**, **FecomercioSP**, **FGV Direito SP** e **FGV EESP** se uniram em um curso inédito sobre os grandes dilemas do País.

Agora, os principais debates saem da sala de aula e chegam até você.

UM BRASIL

@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIOSP

FGV DIREITO SP EESP

ASSISTA A

O FUTURO DO BRASIL EM DEBATE

NO UM BRASIL.



ENTREVISTA **8** *Marina Person: "Com consciência de que não se abre mão do 'soft power' da cultura, vamos longe".*

CAPA **12** *Jogada arriscada*

ENERGIA **20** *Sobra geração, falta distribuição*

MERIDIANA **24** *Estratégias para transformar potencial em poder*

NOTAS **28** *Site PB e outros destaques*

ARTIGO **30** *"Desafios para o próximo governo", por Antonio Lanzana*

ARTIGO **31** *"A encruzilhada brasileira", por Paulo Delgado*

EDUCAÇÃO **32** *Ensino técnico, caminho para a produtividade*

DEBATE NACIONAL **36** *Descompasso produtivo*

EDUCAÇÃO **38** *"Autonomia restrita", por Agência BORI*

SAÚDE **40** *O avanço nacional contra o HIV*

ARTIGO **44** *"Da disputa política à gestão da complexidade social", por Rodrigo Cogo*

ARTIGO **45** *"O papel das empresas no combate à desigualdade", por Ana Lúcia Melo*

HISTÓRIA **46** *'Raízes do Brasil', 90 anos*

CHARGE **50** *Sorte lançada*



O BRASIL DE 2027

Mais um janeiro aproxima-se e os novos governantes e legisladores assumirão o comando de um país em ponto de inflexão. Pela frente, uma agenda espinhosa que funde urgências sociais imediatas com entraves históricos ao crescimento. Superar esses obstáculos é a única via para que o Brasil alcance, gradativamente, um crescimento consistente.

As dificuldades são conhecidas: fragilidade fiscal, insegurança jurídica que eleva riscos, endividamento das famílias e uma tímida agenda de reformas. Esse conjunto de fatores reduz a capacidade de investimento, compromete a previsibilidade às empresas e mantém baixa a produtividade — um de nossos principais problemas estruturais.

As *bets* são uma consequência eloquente do momento que vivemos. O que chegou aos celulares como entretenimento transformou-se em um fenômeno de grandes proporções, com sérios impactos sobre a economia, a saúde e a vida da população. Quase 11 milhões de brasileiros já apresentam comportamento de risco ou problemático, e os danos à saúde mental associados às apostas custam dezenas de bilhões de reais por ano.

Mas 2027 também deve ser um ano de olhar para as alternativas possíveis, como a educação profissional. É fato que os egressos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) conquistam maior inserção formal e também acessam mais o ensino superior do que os concluintes do ensino médio regular.

Qualificar melhor os brasileiros é uma das formas mais eficientes de elevar a produtividade. É o que temos feito no ensino médio do Senac-SP, presente em 28 unidades paulistas, atendendo 13 mil estudantes que desenvolvem competências acadêmicas e técnicas, além de construírem o próprio projeto de vida em conexão com o mercado de trabalho.

É este o desafio que estará diante dos eleitos: equacionar os problemas imediatos sem perder de vista as condições que determinarão o futuro. O Brasil de 2027 precisará de menos improviso e mais capacidade de transformar políticas públicas em resultados. ●

***_ Ivo Dall'Acqua** é presidente da FecomercioSP e dos conselhos regionais do Sesc-SP e do Senac-SP*

MARINA PERSON

CINEASTA, ATRIZ E APRESENTADORA

O Brasil tem talento, diversidade e histórias para transformar o audiovisual em uma indústria cultural de alcance global, mas precisa de políticas consistentes, formação profissional, produção descentralizada e melhores condições de distribuição. A avaliação é da cineasta, atriz e apresentadora Marina Person, em entrevista à Revista **Problemas Brasileiros** e ao Canal **UM BRASIL**, em parceria com o evento de comunicação empresarial Aberje Trends, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). Na conversa, Marina analisa o passado, os gargalos e os avanços do cinema nacional. “O público brasileiro, quando lhe é dada a oportunidade, ele comparece. Porque o cinema nada mais é do que um espelho, você vai lá para se ver”, afirma.



PB *Você tem mil e uma atividades. O que a mantém mais ocupada ultimamente é a produção audiovisual?*

MP Gostaria que fosse. Porque, na verdade, quando se pega uma produção para fazer, um filme, uma série, um documentário, você passa muito tempo absorvido por aquilo, mas é durante um período curto de tempo. Então, considero que o que faço constantemente e consistentemente toma mais meu tempo. São coisas que, não importa o que eu esteja fazendo, estarei sempre naquilo: meu podcast de cinema, conteúdo para o Instagram... Nunca deixo essas atividades, não importa o que aconteça na minha vida. É um pouco escolha, também sorte e privilégio, poder trabalhar com coisas que eu gosto. Passei 18 anos na MTV falando de música e de cinema, coisas que sempre gostei muito na minha vida.

PB *Foi você quem levou o cinema para lá?*

MP Não, eu levei o cinema brasileiro. Quando entrei no *Cine MTV*, era um programa vindo dos Estados Unidos, um similar ao *The Big Picture*, que falava dos lançamentos de lá. O cinema norte-americano sempre foi a nave-mãe, tudo sai dali. Aí, cheguei falando que a gente tinha que falar do cinema brasileiro. Era uma época difícil, nos anos 1990, de Plano Collor, fim da Embrafilme, mas, ainda assim, tinha coisas acontecendo. Eu defendia que a gente tinha que fazer *making of*, fomentar o nosso cinema. Afinal de contas, nossa identidade, nossa cara, nossa língua, nossos artistas, somos nós. Somos nós ali. Sempre tive esse entusiasmo.

PB *E você não estava lá só para ler o texto, também levava ideias, criava conteúdo...*

MP Entrei, na verdade, como repórter e produtora do *Cine MTV*, não apresentava ainda. Fui contratada pela MTV por causa do meu passado, digamos assim, com o cinema. Porque eu fiz faculdade de Cinema e comecei a trabalhar nas produções brasileiras como assistente de direção, assistente de câmera, som, fiz várias coisas. As pessoas, às vezes, falam "Agora, ela está dirigindo". Agora, não, estudei para isso desde os anos 1990. Minha escolha de vida naquele momento era o cinema, fazer cinema. Eu queria ser diretora de cinema. Então, quando, hoje, volto para minha profissão de origem, as pessoas falam em "agora". Mas sempre quis isso, só tive esse desvio de caminho, um desvio muito bem-vindo, porque tenho muito orgulho dos meus anos na MTV. Mas o plano original era outro.

PB *A MTV tinha algo de muito experimental. Onde está a experimentação hoje?*

MP Acho que no YouTube e nas redes sociais. No YouTube, no TikTok, no Instagram, as pessoas experimentam. E muitas delas são, inclusive, frutos ou filhos daquela MTV. Porque o que a gente fazia, a experimentação, é o que hoje permite que as pessoas tenham essa linguagem direta, de falar com a câmera, de falar diretamente com o público, de não ter uma coisa pomposa e empolada. Isso era muito da MTV.

PB *Com o crescimento do streaming, estamos conseguindo fazer com que a produção nacional atenda a interesses nacionais, mesmo com empresas internacionais?*

MP Sinto que existe um interesse muito grande das duas partes. Por parte do público de ver coisas brasileiras — a questão da identidade, de a gente se olhar numa obra audiovisual e se reconhecer, reconhecer a língua, as histórias, os artistas —, é uma coisa muito preciosa, e o público entende isso. Por outro lado, os grandes *players* também entenderam isso. Se eles estão ocupando esse território, precisam oferecer ao público algo com a sua cara, com a sua língua. Sinto um desejo muito forte deles de produzirem coisas brasileiras, com cara brasileira, com o nosso *terroir*. Quando os canais a cabo chegaram ao Brasil, nos anos 1990, se estabeleceu que parte do lucro dessas empresas tinha que ser destinado à produção nacional. É com isso que a gente faz nosso Fundo Setorial do Audiovisual. É sobre isso que a gente está falando na lei do *video on demand* (VoD), que parte desse dinheiro fique no Brasil em forma de estímulo à produção audiovisual, é o setor se retroalimentando. É muito elementar e muito justo. Enquanto essa lei não é sacramentada, já existe a iniciativa desses grandes *players* de produzir nacionalmente.

PB *E muitas coisas que já foram produzidas aqui e viraram sucesso nesses streamings em outros países também...*

MP Sou uma grande embaixadora do audiovisual brasileiro, a gente pode muito e pode mais. A Coreia do Sul é um exemplo de sucesso inequívoco. O governo coreano entendeu, em 1996, olhando os números da indústria automobilística e da indústria audiovisual dos Estados Unidos. A automobilística lucra bastante, mas quanto gasta? Qual o custo ambiental? E a indústria audiovisual? Quanto é o investimento e quanto é o lucro? A diferença era absurda, e houve a decisão de investir no audiovisual. Desde 1996, o governo da Coreia do Sul investe consistentemente em cultura. O resultado a gente vê no k-pop, um dos gêneros musicais favoritos de todo o mundo, jovens aprendendo coreano, o primeiro Oscar de um filme não falado em inglês foi para o *Parasita*, que também ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes. A série *Round 6* é de lá. Eles são talentosos? Sim, mas não é sorte. Isso é consistência de investimento. É um país que olhou e falou: "A cultura é um bom negócio e vou nessa, não vou abrir mão desse *soft power*". O que não pode é ser como no Brasil, que a cada quatro anos a gente fica sem saber o que vai acontecer. Muda o governo, elimina-se tudo. A gente passou por maus bocados com o governo que "acabou" com a Ancine e estamos no trabalho de reconstrução, mas não voltamos aos parâmetros pré-2016. Se houver a consciência de que o *soft power* da cultura é algo do qual não se pode abrir mão, vamos longe. Chegamos ao Oscar dois anos seguidos, com o mundo olhando para o Brasil e vendo mais que carnaval, praia e música.

PB *Como conseguimos isso mesmo sem o apoio público necessário?*

MP Desde os anos 1970, época áurea do cinema brasileiro, existiam muitos cinemas de rua e os filmes brasileiros conseguiam permanecer em cartaz, não eram arrancados das salas porque entrou um *blockbuster* por imposição do distribuidor. Porque você tem que dar ao espectador, inclusive, a opção de ele ver outra coisa. Hoje não acontece isso, um grande lançamento é avassalador e domina todas as salas; há esse grande gargalo que é o da exibição. O público brasileiro, quando lhe é dada a oportunidade, ele comparece. Porque o cinema nada mais é do que um espelho, você vai lá para se ver. No caso dos filmes que foram para o Oscar [Ainda estou aqui, *em 2025, e* O agente secreto, *em 2026*], eles têm coprodução internacional, o que é muito bom, porque ajuda o filme a ter penetração lá fora. Porque não basta fazer o melhor filme se ele não é distribuído, se não chega às pessoas.

PB *A produção nacional ainda está muito centralizada no eixo Rio–São Paulo. Estamos começando a romper isso?*

MP Acho que sim. É muito importante que a gente consiga produzir filmes, séries e audiovisual no Brasil inteiro. Já existe o entendimento de que o Brasil é muito maior do que Rio, São Paulo, Porto Alegre ou Pernambuco, lugares onde se produziram mais filmes que chegaram ao grande público. Agora, é mais importante ainda investir em formação. Antes de pensar em fazer, em distribuir o dinheiro, é fazer com que haja qualificação. Antes de produzir mais filmes no Centro-Oeste brasileiro, por exemplo, as pessoas precisam saber como fazer. Sem os instrumentos necessários para realizar o que as pessoas têm na cabeça, não funciona. No meu entendimento, falta isso, um investimento maior em formação. Escolas, workshops, oficinas, o que quer que seja. Sinto falta disso. Porque o cinema precisa de conhecimento, de técnica. A beleza do Brasil é a nossa diversidade. E nada contra filmes e séries inspirados em coisas que funcionam no cinema norte-americano, série policial, espionagem, perseguição. O cinema é tão generoso que cabe tudo isso. A gente pode ter a comédia pastelão, bem padrão, o policial, o filme de ação, a violência, o terror. Mas também temos coisas muito específicas, incríveis e bonitas e que nunca chegaram às telas de cinema aqui no Brasil. Sou apaixonada pelo Brasil e temos que investir na nossa cultura, nos nossos costumes, nas nossas histórias, nos nossos artistas. Porque a gente pode oferecer muito mais do que a gente já oferece. ●

"Se houver a consciência de que o *soft power* da cultura é algo do qual não se pode abrir mão, vamos longe. Chegamos ao Oscar dois anos seguidos, com o mundo olhando para o Brasil e vendo mais que carnaval, praia e música."

CAPA

texto Carol Castro
ilustração Joélson Buggilla

SOB O DOMÍNIO DAS 'BETS'

12

As **bets** *invadiram celulares como mero entretenimento, mas atravessaram toda a sociedade. A estimativa é que elas retiraram R$ 141 bilhões da economia em 2025, quase 1% do Produto Interno Bruto (PIB). O endividamento chegou a 80% e cerca de 11 milhões de pessoas têm comportamento de risco para jogos. O custo à Saúde é de bilhões de reais por ano. Agora, a proibição promete estancar a sangria, mas vai levar tempo para reparar o prejuízo à sociedade.*





Ninguém entendeu por quê, de um dia para o outro, Otacílio Prates — auditor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), mais de dez anos de casa e salário superior a R$ 35 mil — começou a pedir dinheiro emprestado. Nunca foi do tipo de gostar de luxo. Pelo contrário, adorava passar folgas e férias na Chapada Diamantina, no interior baiano. "Ele alegava ter perdido dinheiro em *day trade* e criptomoedas, precisava de ajuda, todo o salário sumia por causa dos seis empréstimos consignados e do cartão de crédito", conta a irmã, Juliana Prates, também auditora do TCE-BA. "Ele começou a ficar estranho, emagreceu, até que teve um surto psicótico. Dizia ser perseguindo, que pessoas entravam na sua casa e levavam dinheiro embora."

Otacílio foi diagnosticado com transtorno bipolar e internado em uma clínica, onde passou dois meses. Voltou à rotina, mas não à vida de antes. A crise afetou o casamento e ele decidiu passar um tempo na casa dos pais. Por vezes, preocupava a família ao passar horas sem responder mensagens.

Em dezembro, sozinho em casa, o silêncio de Otacílio durou mais que o normal. A mãe ligou para Juliana, que correu para a casa dos pais. Encontrou os pertences do irmão e uma carta de despedida, com todas as senhas. Ao abrir o celular, a família, enfim, entendeu. As roletas virtuais seduziram Otacílio em segredo. Aos 46 anos, com mais de R$ 1,5 milhão em dívidas, o auditor deixou a esposa e uma filha de seis anos. "Postei um desabafo nas redes e recebi muitas histórias parecidas. Aquilo me angustiou, meu irmão era só uma estatística. Enquanto isso, eu via as propagandas e os influenciadores tratando aquilo como normal, puro entretenimento. E não é", desabafa Juliana.

É doença e tem nome: ludopatia, o vício em jogos de azar. E segundo um estudo norueguês publicado em 2024, os riscos de esses pacientes cometerem suicídio é cinco vezes maior do que na população em geral. "Existem sintomas psiquiátricos graves, como ansiedade, alteração do sono e quadros depressivos. A pessoa entra num ciclo compulsivo de tentar vencer a perda, sem consciência de que o vício já está destruindo todas as áreas da sua vida", explica a psiquiatra Carla Bicca, especialista em transtornos de adicção, caracterizados pelo uso de substâncias.

A história de Otacílio representa como os danos das *bets* atravessaram a sociedade brasileira. Segundo o Terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad III), de 2023, 7,3% da população brasileira, o equivalente a quase 11 milhões de pessoas, apresentava padrão de risco ou problemático para o jogo e 1,4 milhão havia desenvolvido dependência. "Clinicamente, vemos isso como um processo endêmico. Não é mais nem epidêmico, porque seria restrito a um espaço, o que não é o caso das casas de apostas virtuais", opina Carla.

Mesmo causando uma doença mental conhecida há décadas, as casas de apostas online invadiram a vida dos brasileiros nos últimos anos — e o dinheiro enviado para elas cresceu mais de 20 vezes desde 2018. O endividamento acompanhou o dado: 269 mil famílias brasileiras entraram em inadimplência severa, com dívidas atrasadas há mais de três meses por causa das *bets*, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

A população já havia fechado um consenso que supera a polarização política. Pesquisa Atlas/Bloomberg apontou que 75% da população é a favor do fim das *bets*. Agora, uma Medida Provisória (MP) assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva promete estancar a sangria, mas os efeitos de oito anos de apostas online legalizadas não serão revertidos do dia para a noite. Por enquanto, o depósito nas plataformas está proibido e os recursos armazenados ali, cerca de R$ 1,7 bilhão, devem ser sacados.

Nos 18 meses de regulamentação do mercado de apostas, o faturamento das empresas chegou a R$ 57,1 bilhões e R$ 221 bilhões foram depositados por brasileiros nas plataformas em 2025, segundo dados do Ministério da Fazenda. Diante da proibição, a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Btasileiro de Jogo Responsável (IBJR) acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto os times de futebol — principais beneficiados com as verbas de patrocínio — buscam diálogo com o governo, que já fala em um socorro de R$ 20 bilhões em crédito a juros reduzidos com carência de 20 anos.

Os especialistas ainda calculam o tempo que a economia brasileira precisará para superar a "ressaca das *bets*", como aponta a economista Carla Beni, professora na Fundação Getulio Vargas (FGV). "Primeiro porque temos que avaliar a proibição junto com os resultados do Desenrola 3 [*que foi anunciado paralelamente ao fim das* bets], em março de 2027, quando o devedor vai efetivamente assinar a quitação de sua dívida. Outra questão é a taxa de juros, que continua muito elevada, o que torna difícil estancar esse processo", pondera, indicando, ainda, que a fiscalização das casas clandestinas também é fundamental.

Mas como chegamos até aqui? A resposta tem relação direta com uma decisão do governo federal de 2018.

JOGOS DE AZAR, O RETORNO

Em dezembro de 2018, o presidente Michel Temer sancionou o Projeto de Lei (PL) que legalizou as casas de apostas virtuais. Não havia regras na lei, que apenas autorizava a abertura de empresas de apostas de quota fixa que estivessem ligadas a eventos esportivos reais; cassinos, roletas ou caça-níqueis virtuais seguiram proibidos. E estipulou que, no máximo em quatro anos, o governo deveria regulamentar o novo negócio.

"Criou-se uma legislação absolutamente permissiva com relação à exploração dos jogos por essas loterias de quota fixa. E ainda havia a perspectiva de legalizar mais modalidades, como os cassinos, que ficaram para trás com a pressão sobre o tema", aponta o sociólogo Marcelo Pereira de Mello, professor na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador da história e da sociologia dos jogos de azar. "O Brasil é um país ciclotômico: vivemos ciclos de legalidade e de proibição total. Parece que não se encontrou ainda um meio-termo", completa.

O ciclo de vaivém dos jogos de azar vem lá de 1946. Naquele ano, o então presidente Eurico Gaspar Dutra fechou os mais de 70 cassinos que existiam no Brasil, com o argumento de que os jogos eram "nocivos aos bons costumes". Muitas décadas depois, em 2004, o presidente Lula encerrou a autorização federal para outro tipo de jogatina, os bingos. Sua sucessora, Dilma Rousseff, avaliou o retorno dos cassinos em busca de mais arrecadação de impostos,

Dezembro de 2018

Presidente Michel Temer sanciona a lei que legaliza as apostas esportivas no Brasil, sem nenhuma regulação.

Dezembro de 2022

Vence o prazo exigido pela lei para regulamentação do setor. Empresas operam livres, sem pagar imposto algum no Brasil.

Dezembro de 2023

Lei das Bets exige que empresas tenham sede no Brasil, cria imposto sobre o faturamento e um órgão de fiscalização, a SPA.

Janeiro de 2025

Depois de mais de um ano de organização, o mercado regulado entra em vigor de fato. Só quem pagou a licença pode operar.

Novembro de 2024

STF proíbe propaganda de *bets* voltada para crianças e adolescentes e determina que o governo impeça que beneficiários do Bolsa Família e do BPC apostem.

Outubro de 2025

Governo federal finalmente bloqueia o cadastro de quem recebe Bolsa Família ou BPC nas plataformas de apostas.

Dezembro de 2025

Nova lei fixa o aumento gradual do imposto sobre as *bets*: 13% em 2026, 15% em 2028. Governo cria plataforma para autoexclusão de CPF em sites de apostas.

Janeiro de 2026

Ministério da Saúde lança o *Guia de cuidado para pessoas com problemas relacionados a jogos de apostas.*

Março de 2026

Inicia-se o teleatendimento gratuito do SUS para quem sofre com o vício.

Maio de 2026

Começam a valer as restrições para quem renegociou dívida pelo Novo Desenrola Brasil, impedidos de apostar por 12 meses.

Junho de 2026

Copa do Mundo turbina as apostas. CazéTV vira alvo de investigação. Restrição às *bets* chega a quem renegociou o Fies.

Julho de 2026

SPA exige que toda propaganda de *bet* passe a exibir aviso de advertência ocupando 10% da peça.

Agosto de 2026

Polícia Federal mira lavagem de dinheiro ligada à PixBet. Conar aperta as regras para divulgação por influenciadores. Algumas cidades proíbem publicidade de *bets*.

Setembro de 2026

Senado avança com projeto para proibir publicidade e patrocínio de *bets* em qualquer canal. MP põe fim às apostas online.

mas voltou atrás. Até que, em 2018, o governo federal autorizou o funcionamento das casas de apostas virtuais.

E, assim, as *bets* chegaram em massa. Um estudo da empresa de auditoria PwC mostra que, em 2020, eram 51 empresas, número que saltou para 308 em três anos. "Antes, a exposição era muito menor, as pessoas saíam de casa, ou iam a outros países para conseguir jogar. Ou jogavam em uma casa clandestina. Agora, não. É muito mais acessível, e mais nocivo, porque está no celular", pontua Carla.

O VÍRUS DAS 'BETS'

Com o campo aberto, as *bets* instalaram-se no que mais interessava: o futebol. Em 2019, Santos, Cruzeiro, Botafogo, Vitória e Bahia estamparam suas camisas o patrocínio da Casa de Apostas e a Sportsbet.io apareceu na camisa do Flamengo. "O futebol e as transmissões de tevê funcionaram como uma vitrine gigantesca. Esse patrocínio massivo de clubes deu uma roupagem de legitimidade ao setor, fazendo com que a aposta deixasse de ser um entretenimento pontual para se consolidar como um hábito de consumo recorrente", detalha a economista Kelly Carvalho, assessora da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

No ano seguinte, a Casa de Apostas assinou como patrocinadora máster do Bahia — quatro anos depois, compraria os *naming rights* do estádio do clube, rebatizado de Casa de Apostas Fonte Nova. Em 2021, a Sportsbet.io fechou como principal patrocinadora do São Paulo. "É o primeiro setor que injeta uma quantia de dinheiro muito maior do que qualquer outro sem ver problema em ser a segunda ou terceira marca, pois o relevante é a visibilidade, o que gera recursos altos e rápidos para o futebol", observa Anderson Santos, coordenador do Observatório das Transmissões de Futebóis, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Os próprios jogadores viraram garotos-propaganda das *bets*. Neymar e Vini Jr. fecharam contratos milionários com marcas da Betnacional. Influenciadores, como Virgínia Fonseca, fizeram o mesmo — e ela mesma admitiu que ganhavam 30% de comissão sobre o prejuízo das apostas feitas por seus seguidores.

As promessas de dinheiro fácil tomaram conta de todas as esferas da publicidade. Segundo o Kantar Ibope Media, em 2022, 12 marcas de *bets* figuravam entre os 300 maiores anunciantes do País. A Sportingbet e a Betano lideraram, com investimentos aproximados de, respectivamente, R$ 220 milhões e R$ 139 milhões. E o investimento não parou mais de crescer. Entre 2024 e 2026, o orçamento de publicidade das principais casas saltou de R$ 8 bilhões para R$ 20,2 bilhões. "Imagina o adolescente vendo seu time com a camisa de uma *bet*, vendo o jogo ser interrompido por propaganda de *bet*, o ídolo divulgando *bet*. A chance de se tornar um jogador compulsivo é grande", afirma Mello, da UFF. "Os influenciadores são outro elemento fundamental desse sistema. Eles têm a linguagem do meio digital, onde as apostas são feitas", completa.

A exposição de menores não é um risco hipotético. Um estudo recente da Frente Parlamentar Mista da Educação mostra que um terço dos alunos do ensino médio (adolescentes de 14 a 17 anos) aposta frequentemente nessas plataformas. Como tentativa de conter o problema, ainda em 2024, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) criou as primeiras regras para o setor. Dentre estas, tornou-se obrigatório o selo de advertência etária em todas as propagandas, com a frase "proibido para menores de 18 anos". O órgão também proibiu o uso de elementos ligados ao universo infantil, como brinquedos, animações ou linguagem voltada para esse público.

VAZIO REGULATÓRIO

Por cinco anos, as *bets* atuaram no Brasil sem qualquer regra — o prazo previsto pela legislação passou batido pelo governo de Jair Bolsonaro. Foi um escândalo que levou o governo atual, em 2023, a definir as primeiras normas para o setor.

Naquele ano, o Ministério Público de Goiás (MPGO) deflagrou a Operação Penalidade Máxima, mirando jogadores pagos para manipular resultados de partidas a favor de apostadores. O Senado Federal abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o esquema e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) puniu atletas. Ao mesmo tempo, o Brasil ultrapassava o Reino Unido em acessos a sites de apostas, segundo a Similarweb. Eram provas suficientes para entender que o mercado sem regras tinha saído do controle.

E a regulamentação veio em 2023, com a Lei 14.790, a Lei das Bets. Todas as casas de apostas foram obrigadas a se registrarem em um organismo de monitoramento esportivo, nacional ou internacional, para evitar fraudes e manipulação de resultados, além de abrir sede e administração formais em território brasileiro. Até então, a maioria operava em paraísos regulatórios, como Curaçao ou Malta, bem distantes do alcance da Justiça brasileira.

A lei criou um órgão fiscalizador, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), e a primeira estrutura de tributação do setor, taxando em 12% o GGR (o que sobra das apostas depois de pagos os prêmios). Além disso, todas as casas autorizadas precisaram acrescentar em suas URLs o bet.br.

Entretanto, a lei incluiu um novo formato de aposta, além daquele de temática esportiva, e também classificou como apostas de quota fixa os "eventos virtuais de jogos online". Assim, os cassinos virtuais — como as roletas que viciaram e endividaram Otacílio — e os "jogos do tigrinho" argumentam que estão "dentro da legalidade". Para piorar, as casas clandestinas não sumiram de vez, mesmo com as fiscalizações; estima-se que correspondam a cerca de 41% a 51% do mercado, que devem se manter ativas mesmo depois da proibição. O faturamento estimado dessas casas é de R$ 40 bilhões. E, de acordo com levantamento da Bet Legal com a Iron Security, 415 casas ilegais surgiram em menos de 72 horas depois da proibição.

80% das famílias brasileiras estão endividadas e as apostas são a principal causa. População de baixa renda admite que deixaria de comprar alimentos e pagar contas para apostar

O PARAÍSO DAS 'BETS'

Algumas casas de apostas virtuais caíram por não se adaptarem às exigências legais. Só em 2025, a SPA e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) bloquearam mais de 25 mil sites não autorizados. Mas outros tantos permaneceram. De janeiro de 2025 até setembro deste ano, houve um crescimento de 30% no número de empresas autorizadas a atuarem no Brasil, totalizando 188 marcas, o que significa que existem quase 200 sites de apostas legalizados. Só no primeiro semestre de 2025, com apostas de 17,7 milhões de brasileiros, segundo a SPA, a receita bruta de todas as empresas chegou a R$ 17,4 bilhões.

De lá para cá, as apostas não pararam nem perderam ritmo. No ano passado, a SPA registrou mais de 25 milhões de apostadores. Segundo levantamento do Datafolha em parceria com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), quase dois em cada dez brasileiros (17%) jogaram dinheiro em casas de apostas entre janeiro e abril de 2026. Um número crescente: em 2023, representavam 14% da população; em 2024, eram 15%. E o faturamento dessas empresas só aumentou. Na comparação semestral, neste ano, todas elas tiveram um acréscimo de 16,5% nas receitas, chegando a aproximadamente R$ 20,3 bilhões.

Para se ter uma ideia, os brasileiros depositaram, de janeiro a junho deste ano, quase R$ 89 bilhões em plataformas de apostas, um valor que representa 53% de tudo o que o governo federal gastou com o Bolsa Família em 2025, por exemplo.

PROBLEMA SOCIAL

Mais do que isso. Parte do valor auferido por essas empresas tinha, até o fim do ano passado, alguma ligação com o dinheiro recebido por

meio do Bolsa Família. De acordo com o Banco Central (BC), em janeiro de 2025, os beneficiários do programa depositaram cerca de R$ 3,7 bilhões em casas de apostas. As *bets* atingem em cheio a população mais vulnerável. Segundo o DataSenado, em 2024, 52% dos apostadores recebiam até dois salários mínimos. Essas pessoas veem as apostas como oportunidade de ganhos financeiros rápidos. De acordo com pesquisa da FecomercioSP de 2024, 25% dos apostadores paulistanos disseram jogar para aumentar a renda. E, para isso, tiram dinheiro de onde não tem: 20% admitiram que usariam o valor para pagar contas se não apostassem, enquanto 12% gastariam com comida. "São pessoas que já estão no seu limite financeiro, mas acreditam que aquilo pode ser uma forma de diversão e, ao mesmo tempo, de ganhar dinheiro", constata Kelly, da FecomercioSP e uma das responsáveis pela pesquisa.

O ano de 2025 escancarou as consequências desse caos. Segundo o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), as famílias brasileiras perderam R$ 62,5 bilhões para as *bets* naquele ano. Pela primeira vez, de acordo com o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar), as apostas tornaram-se a principal causa de endividamento dos brasileiros, superando até os juros. Fim da história, quase 80% das famílias estavam endividadas. "Temos um crescimento significativo de pessoas com algum tipo de dívida. Chegamos a ter menos de 50%, 40%, até 20% no passado. A regulamentação deu mais oportunidade a essas plataformas. Então, não é somente a questão dos juros altos, da inflação. Essas pessoas estão direcionando seus recursos a apostas. É um crescimento muito significativo da dívida. E isso gera uma bola de neve", adverte Kelly.

E essa bola de neve também chegou ao consumo. Entre 2023 e 2026, segundo a CNC, as *bets* retiraram R$ 143,8 bilhões do varejo brasileiro, o equivalente ao faturamento de dois natais. "Também já se observa queda de faturamento do setor, relacionada ao endividamento causado pelas *bets*. São recursos retirados do varejo, que passa por uma crise, e ficam retidos nessas plataformas", ressalta a economista.

Um estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), vinculado à Universidade de São Paulo (USP), calculou o efeito cascata dessa perda sobre a economia inteira — ao sair do bolso das famílias sem ser usado no consumo, o dinheiro apostado deixou de girar em todos os outros setores. A estimativa é que as casas de aposta tenham retirado entre R$ 120 bilhões e R$ 141 bilhões da economia em 2025, o equivalente a quase 1% do PIB, um efeito cinco vezes maior que o do tarifaço de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos.

O governo federal reagiu, mas aos poucos. Em outubro do ano passado, atendeu à determinação (de 2024) do Supremo Tribunal Federal (STF) e proibiu que beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) fizessem apostas. Dois meses depois, criou também uma plataforma de autoexclusão dos sites de apostas. Mais de 1,2 milhão de pessoas utilizaram o recurso.

A lista de impedimentos cresceu ao longo de 2026. Em maio, a restrição alcançou quem aderiu ao Novo Desenrola Brasil, deixando os inscritos proibidos de apostar por 12 meses. Em junho, uma segunda leva: quem renegociou dívidas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ou aderiu ao Desenrola Adimplentes, uma modalidade à parte do programa original voltada para quem manteve os pagamentos em dia, não poderia apostar por seis meses.

EFEITO COPA

A consultoria H2 Gambling Capital projetou, antes do início do torneio, que as apostas esportivas movimentariam US$ 60 bilhões no mundo, 71% a mais que na edição do Catar, em 2022. No Brasil, um levantamento da Aposta Legal, baseado em dados de tráfego das operadoras, estimou que só a fase de grupos movimentou entre R$ 2,95 bilhões e R$ 4,43 bilhões.

R$ 62,5 BI

É A PERDA LÍQUIDA DAS FAMÍLIAS COM *BETS*

R$ 36,9 BI

É O FATURAMENTO DAS *BETS*

R$ 9,95 BI

É O TOTAL DE IMPOSTOS PAGOS PELAS *BETS*

R$ 38,8 BI

É O CUSTO ESTIMADO À SOCIEDADE, POR ANO, COM OS DANOS CAUSADOS PELAS *BETS*

R$ 143,8 BI

É O VALOR QUE AS *BETS* RETIRARAM DO VAREJO BRASILEIRO

"Existem sintomas psiquiátricos graves, como ansiedade, alteração do sono e quadros depressivos. A pessoa entra num ciclo compulsivo de tentar vencer a perda."

Carla Bicca, psiquiatra



A CazéTV, canal de transmissão digital, virou o epicentro da polêmica. Em junho, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, abriu investigação contra o canal por publicidade de apostas embutida nas transmissões. Em um dos episódios citados, na partida entre Inglaterra e Gana, o narrador convocou o público a "colocar a paixão em jogo" e indicou, ao vivo, um código QR de uma casa de apostas. O Conar foi na mesma direção, recomendando a suspensão de três peças publicitárias veiculadas no canal. Sob pressão, a CazéTV recuou, ao editar e remover trechos de reprises já publicadas, cortando códigos QR e falas que incentivavam apostas.

Em julho, a SPA exigiu das *bets* regras publicitárias parecidas com as estabelecidas para tabaco e álcool, com frases de advertência como "apostar pode causar dependência" ocupando ao menos 10% da área do anúncio. As normas também proibiram tratar apostas como investimento ou fonte de renda e vetam, de forma explícita, que narradores e comentaristas deem palpites técnicos ou recomendem apostas durante uma transmissão.

"O jogo é como as drogas, como a bebida alcoólica, como o cigarro, uma atividade que não tem margens seguras de consumo. Uma parte expressiva e sabida de usuários vai se viciar", enfatiza Mello, da UFF. "Esse alerta exigido é tipo propaganda de remédio, que tem informação em letras miúdas. As pessoas nem percebem. É muito pouco", complementa Santos, do Observatório das Transmissões de Futebóis.

UMA NOVA ENDEMIA

Tratar as apostas como drogas — e o vício como doença — não é exagero. Esses jogos ativam no cérebro as mesmas áreas do sistema de recompensa, ligadas ao prazer. E essa ativação causa dependência. "Ao repetir essa exposição, a área de gratificação é estimulada e a pessoa quer mais, aumentando a exposição até perder o controle. É o desenvolvimento do transtorno aditivo, porque foram ativados os circuitos de recompensa do cérebro", detalha a psiquiatra Carla.

O governo federal também estabeleceu algumas medidas para lidar com essa situação. Em janeiro, o Ministério da Saúde lançou o *Guia de cuidado para pessoas com problemas relacionados a jogos de apostas* para orientar profissionais sobre como acolher quem sofre com o vício. Dois meses depois, o Sistema Único de Saúde (SUS) inaugurou o teleatendimento em saúde mental exclusivo para essas pessoas.

Essas medidas são bancadas, em parte, pelo dinheiro da arrecadação de impostos com as *bets*. Em 2026, a alíquota desse imposto subiu para 13%. Do total arrecadado, 1% vai para a Saúde. No entanto, esse valor representa quase nada. Segundo o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), o custo total dos danos à saúde mental causados pelas *bets* é de, no mínimo, R$ 38,8 bilhões por ano.

Enquanto o País aguarda os desdobramentos da proibição *bets*, casos como o de Otacílio não diminuirão de forma tão imediata. As plataformas clandestinas seguem em operação à revelia da nova norma, que pode, inclusive, perder a validade em fevereiro de 2027 caso o Congresso Nacional não vote pela sua aprovação. "Teremos pessoas sofrendo com essa descontinuidade abrupta e vamos precisar de recursos de atendimento. Os que estão viciados buscarão as *bets* ilegais e a *dark web*, ou terão síndrome de abstinência", ressalta a psiquiatra Carla. Na estatística, 1 em cada 1,4 milhão de brasileiros é dependente das apostas. Juliana não pode mais falar com o irmão, e seguirá tentando fazer com que a história dele não se repita. ●

texto Danilo Moliterno
ilustração Paula Seco

Quando o sol é demais



Forte crescimento das fontes renováveis na geração de energia pressiona o setor elétrico e expõe gargalos na transmissão e na distribuição, o que põe em xeque a esperada expansão da matriz limpa.

Não há cidade no Brasil, atualmente, que dispense a geração de energia por painéis solares. Nenhuma entre as 5.568. Nem mesmo a mineira Serra da Saudade, a menos populosa do País, onde o bolo de aniversário do município serve todos os habitantes. Ali, vivem 865 pessoas e há 25 painéis.

Os números poderiam ser celebrados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que, em 2012, estabeleceu uma série de incentivos para pessoas e negócios gerarem a própria energia. O ganho era evidente: maior capacidade nacional de geração sem a necessidade de investimento público e por meio de fontes renováveis. Foram os benefícios estabelecidos naquele momento que fizeram a adesão à modalidade explodir. De lá para cá, o número de painéis aumentou 33 mil vezes no Brasil. Se demais, até energia faz mal.

O grande problema é que a geração de energia por pessoas e pequenos negócios — diferentemente da centralizada, aquela produzida pelas grandes usinas hidrelétricas, térmicas, entre outras — não está sob o controle do Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade, dentre outras missões, precisa garantir uma das premissas do sistema elétrico, que é o equilíbrio entre oferta e demanda. Se falhar para menos, os riscos vão de falta de energia localizada a apagões generalizados. E sem controle sobre a geração nos telhados Brasil afora, o ONS precisa executar parte de seu trabalho no escuro.

Fins de semana e feriados de sol, por exemplo, são momentos sensíveis ao ONS. A demanda por energia cai sem as atividades da Indústria e do Comércio, enquanto a oferta aumenta com a irradiação solar. O equilíbrio fica ameaçado. Normalmente, a entidade soluciona o problema reduzindo a geração centralizada — o chamado *curtailment*. A medida, no entanto, não foi suficiente no feriado prolongado de Corpus Christi deste ano, por exemplo. No dia 7 de junho, o ONS acionou pela primeira vez seu Plano Emergencial de Gestão de Excedentes de Energia na Rede de Distribuição. Na prática, a entidade pediu ajuda às distribuidoras de energia para cortar também a Geração Distribuída, a GD. "O ONS só faz *curtailment* com grandes produtores, que perdem dinheiro. O ideal seria cortar também a GD, não haveria beneficiado. A GD não é ruim, mas é demais. Acaba gerando uma 'espiral da morte'", afirma Adriano Pires, sócio-fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

A Aneel admite que a expansão acelerada da energia renovável, incluindo a GD, gera desafios operacionais, mas defende que esse crescimento "reforça o protagonismo do Brasil na transição energética". Também questionado, o ONS limitou-se a indicar materiais públicos para consulta. Por sua vez, a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) contrapôs-se, dizendo que a GD não deve ser tratada como causa dos desafios enfrentados pelo setor elétrico e que outras fontes, como eólica, biomassa e biogás, também cresceram nos últimos anos. Segundo a entidade, o desequilíbrio atual tem como razão "a falta de política pública estrutural adequada para acompanhar essa natural expansão".

Divergências à parte, especialistas e associações setoriais concordam que o sistema elétrico brasileiro está sob risco e precisa de soluções estruturais. Uma ofensiva contra os subsídios e investimento em baterias são algumas das ações propostas.

CAMINHOS DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA



TOTAL GD
51,2 gigawatts (GW)

MAIORES GERADORES
SP – 7,1 GW
MG – 6,3 GW
PR – 4,3 GW
RS – 3,8 GW
MT – 3,5 GW

MENORES GERADORES
AP – 163 MW
RR – 121 MW
AC – 192 MW
AM – 323 MW
SE – 596 MW

SUBSÍDIO DEMAIS

O subsídio indireto criou um incentivo irresistível para brasileiros instalarem painéis em seus telhados e estabelecerem pequenas usinas, indica Ricardo Lima, consultor na área de Energia. "O consumidor faz um investimento que se paga em dois ou três anos apenas com a economia na conta de luz. E o dono da usina tem a vantagem de vender excedentes com até 20% de desconto em relação à distribuidora, já que não paga pelos fios", explica.

Essa vantagem causou, além de desequilíbrio no sistema, distorções econômicas, porque o sistema elétrico funciona como um condomínio — parte dos custos do setor é rateado igualmente entre os consumidores. Se um grupo fica isento da conta, quem deve pagar acaba pagando mais. Para piorar, os CPFs e CNPJs que aderem à GD têm, em geral, maior poder aquisitivo. Então, quem paga mais é o mais pobre. Parcela considerável dos subsídios do setor, incluindo o incentivo à GD, é coberta pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), rateada no condomínio do sistema elétrico e cobrada na fatura de energia elétrica. Esse fundo deve custar R$ 52,7 bilhões em 2026, de acordo com a Aneel. E com menos pessoas para dividir a cifra, a CDE será cada vez mais a vilã na conta de luz do consumidor comum — que deve subir mais de 8% neste ano, portanto, acima da inflação geral.

De olho nesses problemas, o Poder Público decidiu aprovar uma lei para reduzir os subsídios. O marco da GD permitiu que os consumidores que instalaram seus painéis até janeiro de 2023 mantenham a isenção até 2045, mas obrigou entrantes no mercado a gradualmente arcarem com a infraestrutura das distribuidoras. Até 2029, quem gera energia em casa pagará tanto quanto os demais pela infraestrutura da rede elétrica. Pires, do CBIE, pede um corte ainda mais radical nos subsídios e que a GD possa ser alvo do *curtailment*, além de uma gestão mais eficiente de sinais de preço. Essa solução também é defendida por Maurício Tolmasquim, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e significa incentivar o consumidor a usar a energia no momento de mais abundância.

A lógica é a seguinte: se for mais barato utilizar energia elétrica no período do dia de maior irradiação solar, a demanda aumentará com a oferta. Caso seja mais caro usá-la após o pôr do sol, a demanda cairá com a oferta. Em ambos os casos, o equilíbrio do setor deixaria de ser ameaçado. "A gestão também precisa ser feita do lado da demanda. Se alguém vai carregar o carro elétrico, carrega no momento do dia em que há mais energia. E isso vale para todo uso, desde lavar roupa até atividades produtivas", sugere Tolmasquim.

"O ONS só faz *curtailment* com grandes produtores, que perdem dinheiro. O ideal seria cortar também a GD, não haveria beneficiado. A GD não é ruim, mas é demais."

Adriano Pires, sócio-fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

FIOS DE MENOS

Como o Brasil pode ter problemas tanto de excesso quanto de falta de energia? Isso acontece graças à composição da matriz, que confia mais de um quarto da geração a fontes intermitentes, como solar e eólica, capazes de produzir eletricidade somente quando há sol ou vento, mas também aos diferentes Brasis que há no País. Nem sempre a infraestrutura é capaz de levar a energia gerada até quem precisa dela.

Numa comparação, os elétrons em movimento (a eletricidade) são carros; os fios de transmissão, rodovias; e os de distribuição, avenidas e ruas. Esse sistema forma os caminhos pelos quais a energia é transportada. Se o trânsito aperta, cabe ao Poder Público oferecer novas vias de circulação. A transmissão transporta energia em alta tensão, por meio de robustas estruturas metálicas, entre cidades distantes ou mesmo diferentes Estados. A distribuição trabalha em baixa e média tensões e está nos postes de concreto a cada esquina. Ambos, contudo, têm a função de conduzir a energia entre diferentes pontos.

Segundo Cristiane Cortez, engenheira química, doutora em Energia e assessora técnica do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), investimentos nessas infraestruturas poderiam ajudar o País a superar esses gargalos. A especialista acrescenta que dificilmente o Brasil poderá solucionar o excesso de oferta de energia por meio da criação de demanda sem pensar nos fios de transmissão. "Há falha na infraestrutura de transmissão e distribuição. De nada adianta criar datacenters, centros de Inteligência Artificial, pátios de ônibus elétricos e outras soluções de demanda para aproveitar a oferta excedente se não for possível levar a energia até esses lugares", adverte.

Essa flexibilidade faz-se ainda mais necessária diante da concentração de geração elétrica em determinados locais do País. A GD, por exemplo, é disseminada principalmente nos Estados mais populosos e ricos. Enquanto São Paulo e Minas Gerais — que abriga a pacata Serra da Saudade — têm 26% de toda a energia dos painéis, Roraima e Amapá abrigam apenas 0,006%.

A Revista **Problemas Brasileiros (PB)** consultou a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), que reiterou a capacidade de o investimento em fiação "escoar os excedentes de energia de regiões com superprodução para locais de maior consumo". A entidade declarou, no entanto, que "o custo de construir novas linhas de transmissão e subestações de distribuição é alto e seria repassado diretamente para a tarifa de energia".

ARMAZENAR PARA EQUILIBRAR

Não há "bala de prata" capaz de solucionar o atual desequilíbrio do sistema elétrico. Por isso, é necessário que o setor público e as empresas do segmento adotem um conjunto de medidas. A solução apontada por especialistas como a mais balanceada e eficiente é a das baterias de grande porte (Battery Energy Storage Systems, BESS, na sigla em inglês).

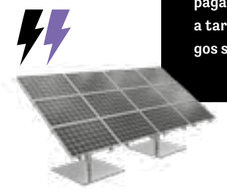
Na prática, essas baterias permitiriam armazenar a energia excedente gerada no meio do dia, quando há alta irradiação solar e baixa demanda, e liberá-la aos consumidores à noite, quando essas condições invertem-se. Na visão de Tolmasquim, a bateria "resolve dois problemas de uma vez". E segundo Cristiane, "essa solução transformaria energia intermitente em energia firme". E seria positiva também do ponto de vista ambiental, porque o Brasil ainda precisa acionar usinas termelétricas poluentes para atender à demanda do período entre 18h e 21h.

O Ministério de Minas e Energia (MME) tenta viabilizar, ainda neste ano, o primeiro leilão desse tipo de infraestrutura do País. No certame, o governo deve oferecer uma receita fixa às empresas dispostas a disponibilizarem baterias para o sistema elétrico. Presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, José Goldemberg opina que o Brasil deve ir além e adotar a solução testada recentemente no Chile: estabelecer que a instalação de novas usinas de fontes intermitentes esteja necessariamente associada a novas baterias. "Todo licenciamento precisa ter essa cláusula", ressalta.

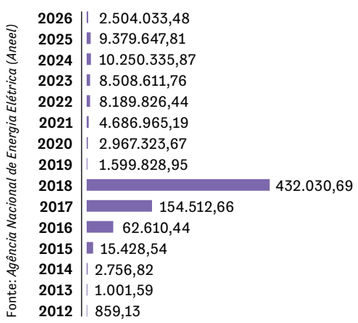
Defensora da geração distribuída, a Absolar também considera que, para tornar o setor mais saudável, "a principal solução passa pela aceleração da inserção dos sistemas de armazenamento de energia elétrica, tanto em larga escala quanto associados à geração distribuída". A associação, no entanto, reclama de condições tributárias do Brasil para que isso aconteça. "Um dos gargalos é a tributação de mais de 70% sobre os sistemas de armazenamento de energia elétrica no Brasil, o que é inadequado e incompatível com o papel estratégico que essa tecnologia precisa cumprir no País", adverte a entidade — para que a energia não "suba no telhado". ●

O QUE É GERAÇÃO DISTRIBUÍDA?

A produção de energia elétrica no local do consumo é conhecida como Geração Distribuída (GD). No Brasil, 99,36% da GD ocorre por meio de painéis solares, em sua maioria nos telhados de casas e de pequenos negócios, mas também na modalidade pequenas usinas, de até 5 megawatts (MW). Em 2012, a Aneel determinou que quem aderisse à GD teria subsídio indireto: a cada 1 quilowatt-hora (kWh) injetado na rede, 1 kWh para consumir. Ao abater o consumo da energia gerada, esses consumidores ficaram isentos de pagar outros componentes da conta de luz, como a tarifa do uso dos fios da distribuidora e encargos setoriais.

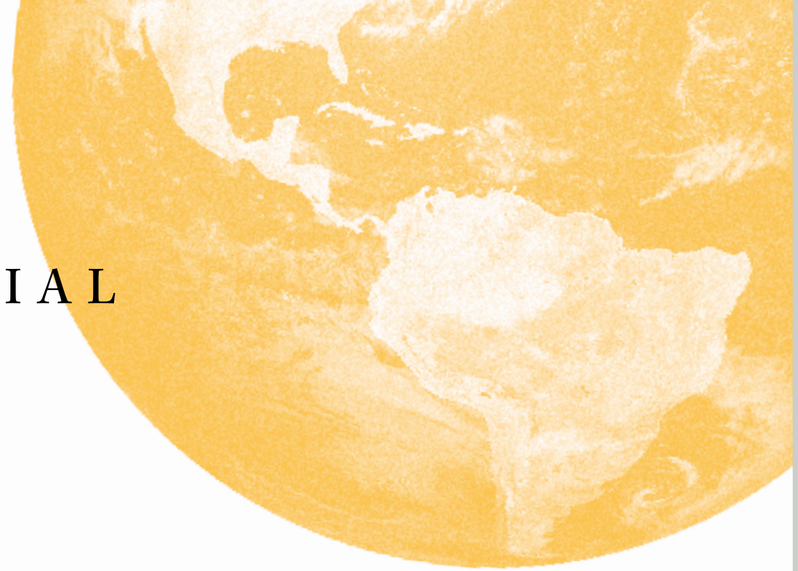


A EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (potência instalada em kW)



Fonte: *Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)*

texto Charles Magno



DE POTENCIAL A PODER

Transformar o potencial brasileiro em estratégia para ganhar poder no novo cenário global. Esse foi o tema central do evento promovido pela Meridiana, com apoio do Canal UM BRASIL e da Revista PB

O Brasil reúne recursos naturais, energia, biodiversidade, capacidade agrícola e conhecimento tecnológico que podem colocá-lo em posição privilegiada frente às transformações da economia mundial.

O desafio, porém, é transformar esse potencial em poder, com estratégia, coordenação e capacidade de articulação entre governo, empresas e sociedade. Essa foi uma das principais conclusões do evento De Potencial a Poder: o que Precisa Mudar para que o Brasil Mude, promovido pela Meridiana — organização brasileira voltada para a produção de políticas públicas no desenvolvimento econômico de baixo carbono no Brasil —, com o apoio da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), por meio do Canal UM BRASIL e da Revista **Problemas Brasileiros (PB)**.

No primeiro painel, "Riscos e oportunidades para o Brasil", as participantes abordaram a mudança profunda no ambiente internacional, marcado por guerras, disputas comerciais, competição por recursos estratégicos, reposicionamento de grandes potências e maior peso da geoeconomia. Segundo Mônica Sodré, CEO da Meridiana, o mundo caminha para um ambiente "menos cooperativo e mais competitivo", no qual segurança tende a se sobrepor à eficiência na definição dos fluxos de capitais e das relações econômicas. A economista Fabiana D'Atri, do Bradesco, chamou a atenção para a necessidade de o Brasil deixar de ser apenas tomador das tendências internacionais e buscar um papel mais direcionador. "Falta agregar estratégia, agregar posicionamento, parcerias e diversificação, e não ser tomador do mercado. Falta direcionamento", afirmou.

A relação do Brasil com o mundo também foi discutida sob a perspectiva da diplomacia e da atuação empresarial. Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente, avaliou que o País precisa mudar a maneira como se posiciona internacionalmente e compreender melhor o que o mundo quer e o que a Nação pode oferecer. "A diplomacia não é mais uma questão do Estado. O empresário será um diplomata e terá que negociar, sim, os seus interesses", ressaltou. A economista Ana Paula Vescovi, ao tratar das relações com a China, enfatizou justamente a importância das pontes construídas pelo setor privado e da diversificação de riscos e oportunidades. Ela acredita que muitas soluções surgem das empresas que buscam diálogo, cooperação e novas formas de conexão com mercados internacionais.

No segundo painel, "Por que energia, minerais e alimentos são uma agenda nacional estratégica", as participantes mostraram que os três setores estão diretamente relacionados à segurança econômica e à geopolítica do País. No agronegócio, a pecuarista e socióloga Teresa Vendramini destacou que o Brasil já conta com uma posição relevante, mas ainda enfrenta obstáculos como insegurança jurídica, direito à propriedade privada, questões fundiárias, falta de mão de obra e vulnerabilidades relacionadas a insumos.

Na mineração, Grazielle Parenti, chefe de Sustentabilidade da Vale, explicou que os minerais críticos ganharam importância central na disputa geopolítica e que o Brasil possui uma das maiores dotações minerais do mundo. O desafio, segundo ela, é transformar reservas em cadeias produtivas capazes de gerar emprego, renda, tecnologia e poder econômico.

As debatedoras defenderam que o País deve apostar nas cadeias de valor que já domina, como petróleo, gás, biogás, bioenergia e biocombustíveis, conciliando desenvolvimento e redução de emissões. No setor elétrico, a economista Elena Landau apontou as necessidades de lidar com problemas de governança e de rever a organização do sistema para garantir energia competitiva e segurança de abastecimento. Em comum, as diferentes visões convergiram para a necessidade de combinar recursos naturais, tecnologia, investimento, infraestrutura, regulação e planejamento de longo prazo.

Heloísa Borges, especialista em energia e professora na Fundação Getulio Vargas (FGV), citou a governança como um dos principais entraves do País. Segundo ela, o setor de energia é marcado pela influência de interesses específicos sobre tarifas e decisões, enquanto o Brasil perdeu capacidade de controle e planejamento. "É preciso trabalhar problemas estruturais do sistema e reorganizar a matriz energética, garantindo melhor alocação de custos e recursos.

O debate mostrou, portanto, que o Brasil não precisa escolher entre ser uma potência de recursos naturais ou uma economia baseada em tecnologia e inovação. A oportunidade está em usar suas vantagens existentes como base para construir novas cadeias de valor, ampliar sua inserção internacional e aumentar a própria capacidade de influenciar as transformações globais. Para as oito participantes do evento, o ponto central é superar a lógica de reação e construir uma visão estratégica de país, capaz de conectar energia, alimentos, minerais, indústria, ciência, finanças, diplomacia e iniciativa privada. "O Brasil precisa provocar o presente para fazer escolha sobre o futuro", sintetizou Izabella. ●



A MUDANÇA *VOCÊ VÊ*

Uma revista precisa
acompanhar o seu tempo.

Por isso, renovamos o projeto gráfico
e criamos novas maneiras de organizar
e apresentar os conteúdos.

Mas mudar não significa deixar para trás
aquilo que nos trouxe até aqui.

Continuamos acreditando no jornalismo de análise,
na informação qualificada e no debate capaz de ampliar
perspectivas sobre os grandes temas do País.

Porque identidade não está apenas no
modo como uma revista se apresenta.

Está, principalmente, naquilo
que ela escolhe aprofundar.

E nisso, você vai sempre reconhecer a PB.



QUER FICAR POR DENTRO DAS NOSSAS NOVIDADES?

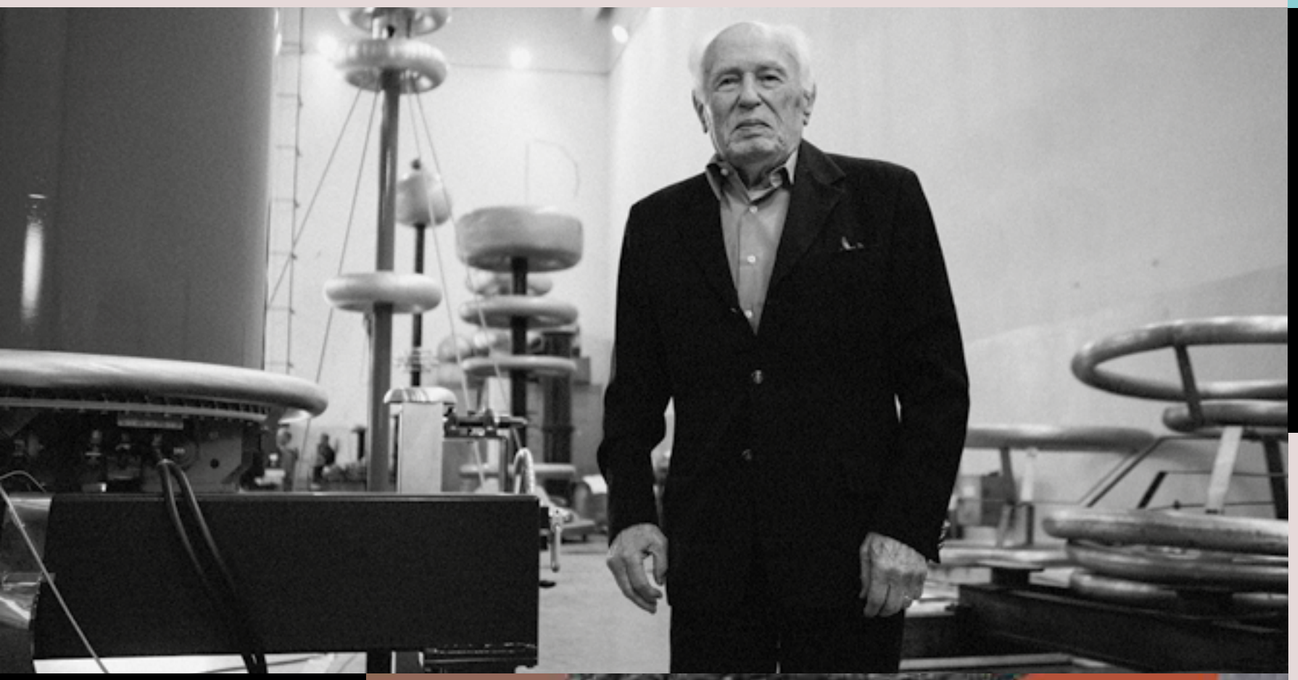
ACESSE O SITE DA PB PELO CÓDIGO QR

Revista Problemas Brasileiros @pbrevista @canalUMBRASIL

A ESSÊNCIA *VOCÊ* RECONHECE

O NOMINADO JOSÉ

Da universidade à política pública, José Goldemberg atravessou algumas das principais discussões sobre ciência, energia e meio ambiente no Brasil. Essa trajetória é revisitada em *O nominado José — as muitas batalhas de José Goldemberg*, do jornalista Jorge Okubaro, publicada pela Editora Senac. Físico e ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP), Goldemberg foi secretário e ministro de Estado. Às vésperas da Rio-92, teve papel decisivo na articulação que levou líderes mundiais à conferência. A biografia recupera também os embates com a ditadura, os episódios familiares e as relações de uma vida dedicada à ciência e à vida pública. Hoje, Goldemberg preside o Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP e integra o Projeto Notáveis, iniciativa da Federação dedicada a preservar as contribuições de personalidades que ajudaram a transformara o País. Saiba mais em ***notaveis.fecomercio.com.br***.





AMBIENTE VIRTUAL, VIOLÊNCIA REAL

As práticas de *bullying* e *cyberbullying* ainda são tratadas por muitos como brincadeira, mas os números contam outra história. Em 2025, os registros policiais dessas agressões contra crianças e adolescentes cresceram 67%, para 5.226 casos — o maior avanço entre os tipos de violência analisados pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. O dado, porém, revela apenas uma fração do problema. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que 27,2% dos estudantes de 13 a 17 anos sofreram humilhações recorrentes na escola.





VISIBILIDADE E IA

Durante anos, estar no topo das buscas do Google foi questão de sobrevivência para as empresas na internet. Agora, um novo intermediário começa a decidir o que o consumidor encontra: a Inteligência Artificial (IA). Com 58% dos consumidores já usando a tecnologia para pesquisar produtos e serviços, ganhar relevância nesse ambiente exige mais do que técnicas de SEO. Com o Generative Engine Optimization (GEO), empresas precisam adaptar conteúdos, dados e até o atendimento para serem compreendidas (e recomendadas) pelas máquinas. Como essa nova lógica pode transformar a relação entre marcas e consumidores?

50 ANOS ‘DJAVANEANDO’

Há 50 anos, um alagoano chegou ao Rio de Janeiro com um violão e a ambição de viver de música. Pouco depois, lançou *A voz, o violão, a música de Djavan* para iniciar a trajetória que renderia sucessos como *Flor de Lis, Oceano, Açaí* e outras tantas canções que perpassam gerações. Muitas vezes, em fenômeno reforçado pelas redes sociais, o suposto hermetismo de suas letras rende anedotas espirituosas, piadas e memes. E se na canção *Sina* ele homenageou Caetano Veloso com o verbo “caetanear”, hoje, “djavanear” é, indiscutivelmente, uma definição da força da sua poesia.

ARTIGO

Antonio Lanzana, *presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)*

Desafios para o próximo governo

_ Uma análise da situação atual da economia brasileira permite identificar os enormes desafios que o novo governo, independentemente de qual seja, terá que encarar.

Desde 1980, o crescimento econômico brasileiro vem se dando a taxas inferiores às registradas pela economia mundial, o que significa que estamos ficando relativamente cada vez mais pobres. Particularmente neste e no próximo anos, a situação é ainda mais grave, porque o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer, respectivamente, 1,8% e 1,4%, segundo o boletim *Focus* do Banco Central (BC), contra 3% e 3,4% no mundo, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O pífio desempenho está, em boa parte, associado à baixa produtividade da economia. Basta observar que a produtividade por hora trabalhada nos Estados Unidos é 315% maior que a nossa; no Chile, é 60%; e no México, 35%. Além disso, nossa taxa de investimento foi de apenas 16,1% no segundo trimestre de 2026, muito abaixo da observada em outros países e na própria economia brasileira nos anos 1970, de 23,3%.

Considerando que perdemos o bônus demográfico — período em que a proporção de pessoas em idade de trabalhar (dos 15 aos 64 anos) é maior do que a de dependentes (crianças e idosos) —, elevar a taxa de investimento e a produtividade são as únicas formas de acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira. Com as taxas de juros nos patamares que estão, será impossível alterar esse cenário. A taxa Selic, acima de 10% há 56 meses, está corroendo a capacidade de compra das famílias, que destinam quase 30% da renda para cobrir despesas financeiras. No âmbito das empresas, os pedidos de recuperação judicial cresceram 58% no segundo trimestre deste ano, em relação ao primeiro trimestre de 2023, e 21,2%, nos últimos 12 meses. E mais: com déficit nominal, incluindo juros, de quase 10% do PIB, a relação entre dívida e PIB vem crescendo num ritmo insustentável — era de 71,7% em 2022 e deve terminar 2026 em 84%.

Para reduzir as taxas de juros, o primeiro desafio do novo governo será promover um ajuste fiscal. Experiências do próprio Brasil mostram que períodos de dinâmica mais favorável das contas públicas são compatíveis com taxas reais de juros muito mais baixas. Nesse sentido, será preciso mudar o regime fiscal. O atual arcabouço fiscal conseguiu gerar um pífio superávit primário e de forma artificial, retirando despesas do indicador. Na realidade, o melhor termômetro para avaliar a evolução da dívida e a solvência do setor público é o déficit nominal.

O ajuste fiscal deve ser suficiente para gerar um superávit primário adequadamente mensurado de 2% a 2,5% do PIB. Dado que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias entre os países emergentes, e até mesmo do mundo, fica claro que o ajuste tem de ser feito por meio de cortes de gastos. Cortar despesas não significa minimizar a importância da área social, lembrando que a redução das taxas de juros viabiliza a aceleração do crescimento, com aumento automático dos recursos para as áreas sociais. Além disso, um "não ajuste" pode levar o País a uma dinâmica explosiva da dívida pública, com consequências desastrosas sobre a inflação e a taxa de câmbio.

Dentre as medidas que podem estar contidas numa mudança de regime fiscal, destacam-se: **a.** desvincular os reajustes de aposentadorias e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da evolução do salário mínimo; **b.** passar um pente fino em todas as despesas do setor público, identificando até mesmo eventuais sobreposições de benefícios sociais; **c.** reduzir a rigidez orçamentária em função das mudanças na composição populacional; **d.** reduzir recursos para Educação e aumentar para a Saúde; **e.** promover uma Reforma Administrativa que possa reduzir despesas e aumentar a produtividade do setor público; **f.** reformar a Previdência Social, que se encontra numa trajetória de total descontrole: entre 1997 e atualmente, o déficit previdenciário passou de 0,3% do PIB para 2,6%, com tendência de agravamento.

Não se pode negar as dificuldades de promover uma mudança de rota tão expressiva, até porque exigiria medidas impopulares que terão efeitos negativos no curto prazo. Mas o simples anúncio de um plano que seja efetivamente crível será suficiente para reduzir as taxas de juros e reacelerar o crescimento econômico num momento posterior. ●

ARTIGO

Paulo Delgado, *sociólogo, cientista político e diretor de Relações Institucionais da FecomercioSP*

A encruzilhada brasileira_

O desprestígio dos líderes políticos dos países democráticos do mundo mostra um ranking de desesperança na gestão governamental que precisa ser enfrentado globalmente.

Infelizmente, não pela Organização das Nações Unidas (ONU), pois sua arquitetura passiva, de estados-membros sem autonomia, não tem força para fazer a Assembleia Geral sobrepor-se ao "dever de proteger" do Conselho de Segurança. Ou as próprias nações acordam para o estado de espírito das suas sociedades ou o Estado será cada vez mais propriedade das burocracias dos poderes que dominam as instituições públicas.

Segundo a Statista, plataforma online alemã especializada em coleta e visualização de dados obtidos por meio de pesquisas e análises, a popularidade de presidentes, ou primeiros-ministros, em 2026, anda, predominantemente, abaixo de 40%, não revelando entusiasmo do povo com seus governos.

Há uma encruzilhada cultural que atinge fortemente o Brasil: um caminho é o das razões política, judicial e educacional; o outro é o das razões geracional, econômica, comercial e industrial. O presente não deveria ser uma cômoda na qual a política, as escolas e os tribunais enfiam e tiram o que querem de suas gavetas. A principal causa dessa sociedade passiva de hoje é ter percebido que o tempo e o mundo das autoridades são um tempo e um mundo próprios, não está baseado nas dificuldades da vida real, bem como seus riscos e impasses. Sem responsabilidade pública, a política é só luta pelo poder. A sensação é de que, com suas vidas confortáveis, badaladas e de pouca transparência, é nulo o nível de sacrifício das autoridades do Estado.

Diante da crise prolongada na relação entre as instituições e seu reflexo negativo no desenvolvimento do País, a política abusa de opiniões e decisões de caráter publicitário que misturam temas diferentes — como os combates à corrupção e à violência, a modernização estatal e o enquadramento dos Três Poderes em suas funções originais. Excesso de ideias circunstanciais acabam sempre sendo irrealizáveis.

São ações reformistas mais consistentes que podem acostumar o Brasil com ondas de ciclo longo. Ondas que mudem a estrutura vigente dos arranjos legais, sociais, políticos e econômicos que sustentam de forma precária a realidade brasileira. Realidade que sofreu, mundialmente, um rearranjo significativo com a guinada neoliberal globalizante a partir de 1990. A insistente crise atual chegou na década passada e continua dominando o cenário do inconsistente crescimento econômico e improvisadas políticas sociais. Se não for alterado o comportamento das instituições públicas, poderá acabar o *élan* prático por uma nova ordem na gestão estatal. A inconsistência partidária que impera e a falta de profundidade do debate político de longo prazo precisa mudar. O liberalismo social informado e ativo é a melhor chance de adesão, de qualquer governo no Brasil, ao modelo comercial competitivo, interno e externo, que enriqueceu o mundo como nunca e que, por isso, manteve a paz entre as nações.

A guerra, hoje, em virtude da livre movimentação dos fatores de produção, não é política, mas comercial e tecnológica. O próximo mandato presidencial precisa se dar conta do nosso papel no mundo se quiser melhorar a vida dos brasileiros, ciente de que a democracia, por meio da eleição, é a mais consagrada fórmula para criar-se uma maioria política legítima. O bom governante, para representar todos, precisa se erguer acima da paixão.

O fato de que haja algum controle político para qualquer atividade humana não significa que deva ser estatal. O papel do Estado deve sempre ser o de auxiliar, regulador sem tutela ou burocracia, estimulando o funcionamento de um governo eficiente, justo e parceiro da criação de uma sociedade empreendedora. Foi a manipulação primitiva dos serviços públicos que criou o capitalismo de amigos e permite a reincidência dos ciclos estatizantes e burocratizadores de sempre.

O desprestígio dos governantes no mundo talvez contenha um alerta: o bom político deve ser normal e previsível. E um grande desafio político para o novo presidente será conseguir a desconstitucionalização da maioria das leis brasileiras e fundar um novo paradigma de clareza, eficiência e simplicidade. Uma sociedade de contratos, não de cartórios. ●

texto Ana Carolina Nunes
ilustração Maria Fernanda Gama

Ponte para a produtividade



Educação profissional amplia a inserção formal, favorece o acesso ao ensino superior e pode ajudar o Brasil a enfrentar a falta de mão de obra qualificada. Para isso, porém, empresas, governos e instituições de ensino precisam construir, juntos, os caminhos da formação.

Ela tem 27 anos e três fontes de renda. Eduarda Barros formou-se em Jornalismo e está no mercado de trabalho desde o início do segundo semestre da faculdade, quando tinha 18 anos. A jovem cursou o ensino médio integrado ao técnico profissional em Marketing. "Entrei para o ensino técnico pensando, de início, no acesso a uma escola pública de melhor qualidade", relata. "Mas o técnico ajudou a me deixar mais 'desenrolada'. Acredito que o aluno de escola técnica seja mais apto para lidar com os desafios e imprevistos da rotina do trabalho", afirma a jornalista, cuja atividade principal é num veículo de notícias em Santa Catarina, além de atuar como *freelancer* e cuidar de um pequeno comércio eletrônico.

A vivência da jornalista ilustra os achados do levantamento Para Onde Vão os Egressos da EPT? Empregabilidade e Acesso ao Ensino Superior no Brasil, elaborado pelo Itaú Educação e Trabalho, da Fundação Itaú. Os dados mostram que os egressos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não apenas se inserem mais no mercado formal, como também chegam à universidade em proporção maior do que aqueles que concluíram o ensino médio regular. Enquanto 39% dos concluintes pela via tradicional chegam ao ensino superior, o índice salta para 43% entre os egressos do técnico concomitante (com médio e técnico ao mesmo tempo, mas em instituições diferentes ou turnos separados) e atinge 54% entre os formados no ensino técnico integrado ao médio.

O estudo analisou bases nacionais de estudantes concluintes do ensino médio em diferentes modalidades nos anos de 2014, 2018 e 2022, com dados a partir da integração, via CPF, entre a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Censo Escolar e o Censo da Educação Superior, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mapeando histórias de vida de 4,9 milhões de concluintes ao longo dos nove anos após a formatura, a pesquisa comprova que a EPT atua como um divisor de águas no mercado de trabalho.

Em 2022, os maiores porcentuais de inserção formal foram registrados entre os concluintes do técnico subsequente (quando a formação profissional ocorre após o ensino médio), com 66,7%, e do ensino médio concomitante, com 57,1%. Entre os egressos do ensino médio regular, o índice foi de 37,1%. A diferença chega a 29,6 pontos porcentuais (p.p.) em favor das modalidades de educação profissional.

Para avaliar os caminhos profissional e acadêmico percorridos pelos egressos, o estudo desenvolveu dois indicadores: o Índice de Qualidade de Inserção (IQI), que reúne dimensões como renda, formalidade e realização de atividades rotineiras, e o Índice de Trajetória dos Egressos (ITE), que considera a continuidade dos estudos e permite observar a relação entre o acesso ao ensino superior e a qualidade da inserção profissional. Os resultados indicam que os estudantes que passaram pela educação profissional apresen-





CURSOS COM MAIOR NÚMERO DE INGRESSANTES EM 2025

1º	Técnico em Enfermagem	**262.643**
2º	Técnico em Administração	**211.855**
3º	Técnico em Transações Imobiliárias	**130.331**
4º	Técnico em Segurança do Trabalho	**97.424**
5º	Técnico em Informática	**66.530**
6º	Técnico em Eletrotécnica	**61.684**
7º	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	**51.809**
8º	Técnico em Logística	**51.745**
9º	Técnico em Mecânica	**38.137**
10º	Técnico em Radiologia	**36.898**

Fonte: *Ministério da Educação (MEC)*

taram, além de melhor IQI no mundo do trabalho e mais acesso ao ensino superior, salários maiores que os daqueles que concluíram apenas o ensino médio regular.

SEGUIR ESTUDANDO

Os dados derrubam uma suposta contradição entre qualificação profissional e progresso acadêmico, revelando trajetórias complementares. "Quem conclui o técnico sai na frente e tem vantagem clara no tempo de formalidade, na remuneração ou na ocupação de melhores postos", afirma Paloma Lima, coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Itaú Educação e Trabalho. A continuidade dos estudos passa a ser vista não como uma ruptura com a formação profissional, mas como parte de um percurso que pode combinar qualificação técnica, graduação e aprendizagem ao longo da vida.

Ao oferecer conhecimentos específicos, contato com equipamentos e processos do mundo produtivo e uma formação mais próxima das ocupações existentes, o ensino técnico reduz a distância entre a sala de aula e as demandas do mundo do trabalho. Isso significa que as empresas têm à disposição profissionais com competências mais aderentes às necessidades dos negócios. "Essa combinação também contribui para escolhas mais conscientes. Ao conhecer uma área profissional, experimentar práticas e visualizar possibilidades de carreira, o estudante pode reduzir a distância entre expectativa e realidade. Para os negócios, aproximar-se das escolas técnicas ajuda a construir currículos mais conectados e a identificar talentos ainda em formação", indica João Victor Motta, diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude do MTE.

Motta acrescenta que a expansão da EPT é uma oportunidade para o Brasil enfrentar, simultaneamente, desafios de produtividade, empregabilidade e desigualdade. "O conhecimento prático é uma forma legítima de ciência. O trabalhador que identifica um problema no dia a dia, cria uma hipótese, testa e a valida, aplica o método científico de maneira concreta", opina. O caminho para transformar os ganhos da educação profissional em mais produtividade, apontam os especialistas, é expandir a oferta de EPT, combinando vocações produtivas regionais, demandas da economia digital e políticas públicas de educação e emprego, o que exige ações públicas integradas, financiamento adequado, articulação entre redes de ensino e empresas, orientação profissional e acompanhamento sistemático dos egressos. No entanto, a responsabilidade por essa equação não pode recair unicamente sobre o sistema de ensino ou sobre o Estado. "O setor produtivo precisa deixar de atuar apenas no fim da esteira, na contratação, e passar a coconstruir currículos", aponta Silvana Oliveira, superintendente do Itaú Educação e Trabalho.

"Quem conclui o ensino técnico sai na frente e tem vantagem clara, seja na formalidade, seja na remuneração média, seja na ocupação de melhores postos."

Paloma Lima, coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Itaú Educação e Trabalho

Motta argumenta que as empresas precisam também entender que o aumento de produtividade gerado por trabalhadores mais instruídos deve se traduzir em contrapartidas reais. "Pessoas mais educadas e qualificadas produzem mais e melhor, mas o setor produtivo precisa socializar esse ganho. O trabalhador quer ter o benefício do seu conhecimento aplicado. E a empresa bem estruturada, ao pagar melhores salários, estimula o consumo, fortalece a economia local e gera um círculo virtuoso a toda a sociedade", analisa.

Na visão de Gilberto Garcia da Costa Junior, gerente de Desenvolvimento do Senac-SP, os dados ajudam a desconstruir o preconceito de que o técnico é exclusivo a pessoas de baixa renda. Embora quase 80% dos alunos precisem trabalhar, a modalidade beneficia a sociedade como um todo. "O Brasil poderia, no mínimo, dobrar seus índices na área. Nos países que chamamos de desenvolvidos, 70% a 80% dos estudantes fazem curso técnico. No Brasil, esse número é perto de 14%, muito menor do que poderia (ou deveria) ser", relata, destacando o registro de 0% de evasão no ensino médio integrado do Senac-SP.

Mais do que abrir as portas do mercado de trabalho, a qualificação profissional gera efeitos permanentes. Paloma enfatiza que o grande achado da investigação está na durabilidade desses benefícios. "A vantagem não ocorre só no começo da vida profissional. Quase uma década após a formatura, a diferença em favor do egresso da EPT continua notável", pontua. Sustentar essa vantagem, no entanto, exige atualização contínua, principalmente quando Inteligência Artificial (IA) generativa, automação e digitalização dos processos produtivos modificam ocupações e criam novas funções. Na observação de Silvana, os jovens temem perder vagas de entrada com a IA, ao mesmo tempo que a utilizam para aprender e vislumbram nela um meio de crescimento profissional. "Mapear as necessidades locais, ouvir empresas e trabalhadores e acompanhar a evolução das ocupações são medidas essenciais para que o ensino técnico prepare para o presente, mas também antecipe mudanças", afirma.

REDUZIR DESIGUALDADES

Os ganhos da EPT, contudo, não são distribuídos de maneira direta, automática e uniforme. A pesquisa mostra que as maiores taxas de formalização permanecem concentradas entre os concluintes do técnico subsequente e do ensino médio concomitante à EPT quando os dados são observados por raça. Pessoas brancas e amarelas apresentam índices ligeiramente superiores aos de pessoas pretas, pardas e indígenas, embora as diferenças entre as modalidades de ensino sejam mais expressivas do que as diferenças raciais.

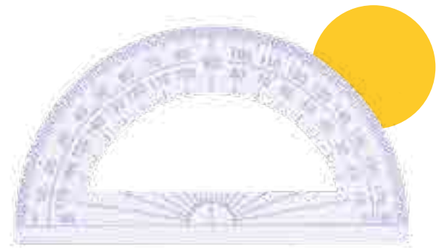
Dentro da mesma modalidade formativa, a EPT demonstra potencial para equalizar oportunidades. Ao longo da última década, a oferta de EPT no Brasil deixou de se concentrar no setor privado, ou em nichos, para consolidar-se no setor público. O resultado destaca, ao mesmo tempo, o potencial da formação técnica e os limites de uma estratégia que não combate as desigualdades estruturais. "A formação profissional, por si só, não consegue anular as barreiras estruturais do mercado", observa Motta, do MTE. "O mercado sabe da vulnerabilidade socioeconômica de grupos minorizados — como mulheres e população preta — e oferece salários menores por saber que há menor poder de barganha pela subsistência", completa. "A educação não vai conseguir reduzir essas desigualdades estruturais do mercado de trabalho", reforça Paloma.

A pesquisa mostrou também o chamado "paradoxo da inserção feminina". Apesar de 46% das mulheres brancas terem formação superior, elas lidam com desigualdades salariais profundas, com média de R$ 2,2 mil, enquanto homens brancos auferem R$ 2,6 mil. A maior desvantagem incide sobre as mulheres pretas, pardas ou indígenas, com a menor remuneração média do estudo, de R$ 1,9 mil. Em setores mais valorizados, como Controle e Processos Industriais, homens chegam a ganhar R$ 4,1 mil, enquanto mulheres pretas, pardas ou indígenas recebem apenas R$ 2,6 mil. "Chama muita a atenção uma mulher preta, parda ou indígena ganhar muito menos quando comparada com um homem branco com o mesmo eixo de formação", enfatiza Paloma.

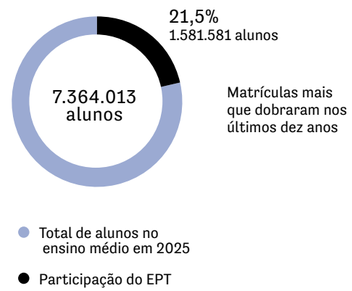
Motta, do MTE, destaca ainda as desigualdades regionais. A oferta de cursos deve considerar o arranjo produtivo local de cada Estado e evitar a criação de formações sem relação com as oportunidades existentes no território. "Oferecer EPT e oportunidades de aprendizado à juventude melhora a renda de todos e gera um benefício social permanente, mesmo que o jovem mude de trajetória mais tarde", garante.

DESENROLADOS

Eduarda avalia que cursar o ensino técnico confere vantagens aos jovens profissionais não só nas habilidades e aptidões técnicas, mas também nas emocionais, ajudando-os ao longo do ensino superior. "O recado é para os adolescentes e jovens buscarem o ensino técnico. Você pode achar que não, mas faz diferença. Acredito que o aluno do técnico seja mais apto a lidar com adversidades", incentiva, acrescentando que grande parte de seus colegas seguiu para o ensino superior e está em boas posições no mercado de trabalho. "Conhecimento ninguém tira [*de nós*]. Isso que é o importante, independentemente da carreira que a pessoa buscar seguir", finaliza. ●



PARTICIPAÇÃO DA EPT NO ENSINO MÉDIO



Fonte: *Anuário Brasileiro da Educação 2026, Itaú Educação e Trabalho e Censo Escolar*

texto Giovanna Costanti

Descompasso produtivo

A Educação avança e foi a área que mais contribuiu para a alta do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil na última década. Apesar disso, a produtividade segue estagnada, porque só o ensino não basta. Infraestrutura, segurança jurídica, inovação, qualidade educacional, desigualdade e informalidade entram na complexa equação que define o quão produtivos somos.

EM DEZ ANOS, QUASE TRIPLICOU

o porcentual de brasileiros com ensino superior completo

EM 2025, MAIS DE UM QUINTO

dos brasileiros com 25 anos ou mais tinha diploma universitário

68,4%

foi a alta das matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) entre 2021 e 2025

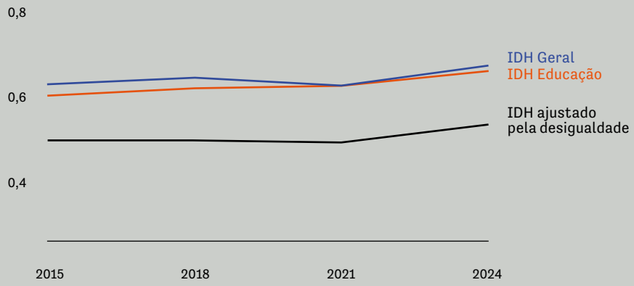
0,6%

foi o ritmo médio anual da expansão da produtividade nos últimos 40 anos

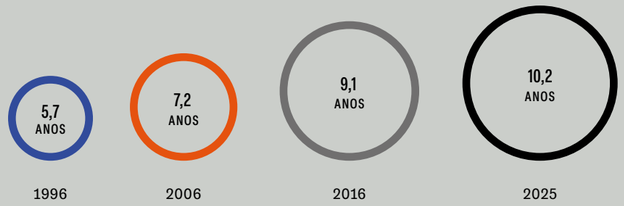
0%

foi o ritmo médio anual da produtividade dos Serviços — setor responsável por 72% dos empregos — nos últimos 30 anos

Educação puxa o IDH, mas desigualdade trava o desenvolvimento

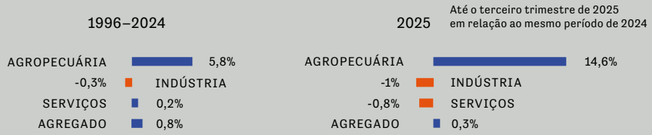


Anos de estudo quase duplicaram em 20 anos

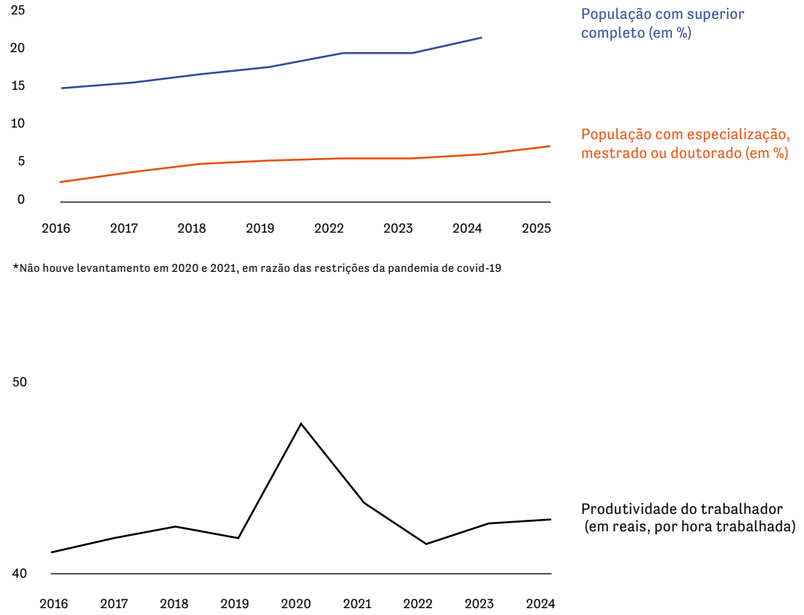


Como anda a produtividade em cada setor?

Taxa média anual da produtividade por hora trabalhada



Diplomas e produtividade, ritmos diferentes



*Não houve levantamento em 2020 e 2021, em razão das restrições da pandemia de covid-19

Fonte: *Censo 2022, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), IBGE; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Observatório da Produtividade Regis Bonelli, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), com dados das Contas Nacionais, Pnad e Pnad Contínua, IBGE; Radar IDHM, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); IBGE; Observatório da Produtividade Regis Bonelli, FGV Ibre; Pnad Contínua, IBGE e Pnad Contínua - Educação 2025, IBGE; Observatório da Produtividade Regis Bonelli, FGV Ibre e Ranking Mundial de Competitividade 2026, International Institute for Management Development (IMD)*

Produtividade dos negócios deixa o Brasil na lanterna com 70 países

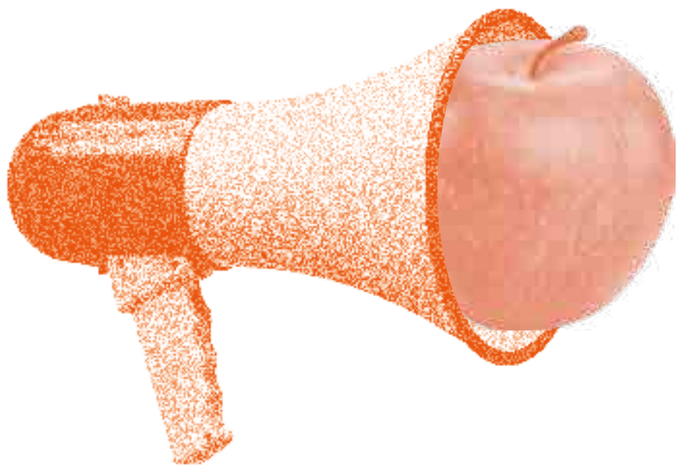
	Dinamarca	Singapura	Suíça	Taiwan	Irlanda	Estados Unidos	Hong Kong	Suécia	Holanda	China	**Brasil**	Namíbia	Mongólia
Produtividade e eficiência dos negócios	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	**68º**	69º	70º
Infraestrutura (inclui tecnologia)	2º	5º	1º	10º	19º	3º	8º	4º	7º	9º	**61º**	68º	66º
Mercado de trabalho	15º	4º	9º	25º	18º	29º	13º	17º	8º	5º	**60º**	66º	58º
Eficiência governamental (inclui legislação empresarial, impostos e contas públicas)	8º	3º	1º	6º	5º	27º	2º	11º	9º	36º	**69º**	62º	63º

*texto Agência BORI**

AUTONOMIA RESTRITA

Pressão política limita a autonomia da maioria dos professores da rede pública, e 75,6% desses profissionais temem consequências caso suas decisões contrariem interesses políticos

Uma pesquisa com 2.235 profissionais da educação básica pública, realizado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), aponta que 61,7% dos docentes sentem que a pressão política limita a autonomia para exercer o trabalho como consideram adequado, enquanto 75,6% temem sofrer consequências profissionais caso suas decisões contrariem interesses políticos.



O levantamento, conduzido pelos pesquisadores Gabriela Lotta, Virginia Rocha, Marcela Garcia Corrêa, Odisséia Carvalho e Caio de Souza Pinto Paoliello, ouviu professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio de todas as regiões do País, entre 23 de junho e 20 de agosto de 2026, por meio de questionário online, divulgado com apoio da CNTE e disponibilizado em grupos, redes sociais e sites de sindicatos de professores e professoras. O projeto faz parte do Centro de Estudos em Implementação de Políticas Educacionais (Cipe), da FGV EAESP, e conta com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O perfil dos respondentes reflete a distribuição docente do Brasil: a Região Sudeste concentra 42% das respostas, seguida por Sul (23%), Nordeste (21%), Centro-Oeste (10%) e Norte (3%). A amostra é majoritariamente formada por profissionais entre 40 e 59 anos (69% do total) e por mulheres — 34% identificam-se como mulheres brancas e 26%, como mulheres negras. A maioria (76,2%) é formada por servidores concursados, e os cargos mais frequentes são de professores de ensino fundamental (47%) e de ensino médio (42%).

A amostra, obtida por conveniência — ou seja, não probabilística —, é composta por respostas voluntárias e anônimas, o que não permite generalizações para o conjunto da categoria docente brasileira, embora tenha abrangência nacional. O questionário foi elaborado com base em pesquisa qualitativa realizada por meio de 30 entrevistas com professores da rede municipal de São Paulo e organizado em eixos temáticos de perfil, autonomia, motivação e valores, e politização.

Os dados indicam que a politização atravessa o cotidiano escolar mesmo fora de temas explicitamente polêmicos: 66,8% dos respondentes afirmam que decisões rotineiras do trabalho podem ser interpretadas como posicionamento político, e 71,7%, que a sua atuação está, hoje, mais exposta a críticas políticas do que no passado. Além disso, 58% sentem pressão para mudar procedimentos por determinação política e 64,5% dizem ter pouco espaço para interpretar as regras, sendo forçados a apenas segui-las. Apesar do cenário de pressão, o estudo aponta forte senso de propósito entre profissionais: 96,3% consideram importante contribuir para o bem-estar da sociedade e 88,6% avaliam positivamente sua relação com os alunos. Por outro lado, a relação com as famílias é mais tensa — 44% declaram terem tido conflitos com familiares de alunos por causa do trabalho.

O levantamento insere-se num contexto mais amplo de desvalorização da carreira docente. Um estudo do Instituto Semesp, de 2025, projeta um déficit de mais de 235 mil professores até 2040, atribuído a condições laborais precárias. A nota técnica também associa a percepção de politização a movimentos como o Escola Sem Partido e à atuação de parlamentares que acusam professores de doutrinação política em sala de aula. Dados do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (Onve), obtidos com mais de 3 mil profissionais, entre 2010 e 2024, indicam que a maioria relatou ter sofrido, presenciado ou tomado conhecimento de situações de censura ligadas a temas políticos, de gênero e sexualidade, religiosos, étnico-raciais ou ao negacionismo científico.

A comparação internacional consolida um quadro de maior desgaste no Brasil. Segundo a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS), de 2024, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os níveis de autonomia pedagógica dos docentes brasileiros estão próximos da média dos países da organização, mas 47% deles apontam a intimidação ou o abuso verbal por parte de alunos como fonte constante de estresse em sala de aula, quase o dobro da média da OCDE (25%).

A confiança na gestão escolar também aparece dividida entre os respondentes. A maioria (56,3%) diz confiar na direção de sua escola e acredita que será apoiada por ela em eventuais conflitos com famílias (54,9%). Sobre o que influencia as decisões escolares, apenas 33,7% consideram que as ações da escola se baseiem sempre ou frequentemente em critérios técnicos, sem influência política, enquanto a mesma proporção diz o mesmo sobre as decisões de seus gestores.

Segundo os pesquisadores, os resultados revelam uma contradição na experiência docente brasileira. Enquanto o discurso oficial exalta a autonomia pedagógica, a prática cotidiana é marcada por vigilância, medo de retaliação e cerceamento profissional. “Essa pesquisa traz mais uma evidência de como a atuação dos profissionais dos serviços públicos vem sendo profundamente afetada, nos últimos anos, pelo aumento da politização e da polarização em torno das políticas públicas. E os efeitos não recaem apenas sobre esses profissionais. Em última instância, são os cidadãos que estão no meio desse fogo cruzado e que podem ter seu acesso a serviços e direitos afetado pelas disputas políticas e pelo ambiente polarizado”, afirma Gabriela Lotta, uma das pesquisadoras do estudo da FGV EAESP.

A pesquisa integra um projeto mais amplo sobre o impacto da polarização política sobre as condições de trabalho de profissionais da linha de frente dos serviços públicos. ●

O levantamento insere-se num contexto mais amplo de desvalorização da carreira docente. Um estudo do Instituto Semesp, de 2025, projeta um déficit de mais de 235 mil professores até 2040

* A BORI OFERECE SOLUÇÕES PARA TORNAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO ACESSÍVEL, TRANSFORMANDO CONHECIMENTO EM IMPACTO PÚBLICO, COM SOLUÇÕES PERSONALIZADAS POR MEIO DE TECNOLOGIA, CURADORIA E *EXPERTISES* JORNALÍSTICA E CIENTÍFICA. POR SEU TRABALHO PIONEIRO E INOVADOR, A BORI JÁ RECEBEU MAIS DE DEZ PRÊMIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA ÁREA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. ACESSE **WWW.ABORI.COM.BR.**

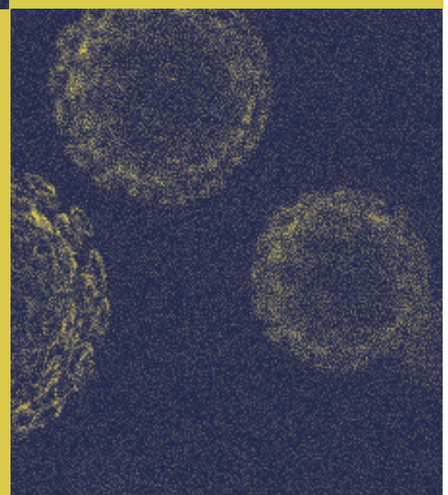
SAÚDE

texto Moura Leite Netto
ilustração Paula Seco



HIV, *30 anos depois*

Três décadas após a Lei dos Antirretrovirais, o Brasil vive queda histórica de mortes por aids, amplia diagnóstico e prevenção no SUS e passa a discutir a incorporação de tecnologias de longa duração, em meio a desafios como estigma e diagnóstico tardio.



Caio César tem 37 anos e trabalha como especialista em redes digitais na organização Médicos Sem Fronteiras (MSF). O positivo para o vírus HIV chegou em 2012, após um período de adoecimento e exames que não identificavam o que ele tinha. Decidiu fazer o teste de HIV orientado pela tia, enfermeira. Soube ser soropositivo e, junto com o diagnóstico, veio o apoio materno incondicional. "Enfrentei doenças oportunistas e o primeiro antirretroviral foi um ponto de ruptura. Desabei quando tomei. Percebi que aquilo seria para sempre. Mas o apoio da minha mãe fez tudo parecer um pouco menos pesado", relembra.

O relato de Caio conecta-se a uma mudança central da saúde pública brasileira. Há 30 anos, a Lei 9.313, de 13 de novembro de 1996, determinou a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de antirretrovirais para pessoas vivendo com HIV e aids, consolidando o tratamento como direito e sustentando uma resposta nacional com resultados positivos em mortalidade, internações e controle da transmissão.

O marco de três décadas ocorre com indicadores consecutivos de melhoria nas estatísticas. Segundo os dados mais recentes do Ministério da Saúde, as mortes por aids caíram 13% entre 2023 e 2024, para 9,1 mil; os diagnósticos recuaram 1,5%, para 36,9 mil; a queda dos casos em gestantes foi de 7,9%; houve redução de 4,2% no número de crianças expostas ao vírus; e o início tardio da profilaxia neonatal caiu 54%. Mais de 870 mil pessoas estão em tratamento atualmente, 96% delas com carga viral suprimida.

DA EPIDEMIA PARA CÁ

A jornalista Roseli Tardelli, fundadora e CEO da Agência de Notícias da Aids (Agência Aids) e uma das idealizadoras do projeto Contato, do Sesc São Paulo, associa a lei de 1996 a um período em que havia barreiras de acesso, ausência de terapias combinadas eficazes e muito estigma. "Nossa família vivenciou o HIV em um momento que chamo de década da tragédia", conta. Seu irmão, o tradutor Sérgio Tardelli, contraiu o vírus no início dos anos 1990. "Os convênios médicos e seguros de saúde não atendiam as pessoas que se infectavam com o HIV, não existiam remédios com a combinação adequada para coibir os efeitos do vírus e sobrava preconceito. E preconceito tem a mesma força, ou mais, que o próprio HIV", afirma Roseli. A jornalista viveu de perto o drama da aids e, depois da morte do irmão, tornou-se ativista do movimento de luta contra a doença.

Na avaliação de Roseli, a lei de 1996 redefiniu o cuidado em escala pública. "Sua promulgação instituiu a distribuição gratuita de medicamentos para pessoas vivendo com HIV ou que já tivessem desenvolvido aids. A lei garantiu o acesso aos antirretrovirais e mudou completamente a história da doença no Brasil. Virou exemplo para o mundo", ressalta. Ainda no início da consolidação do coquetel, em 1999, o uso da terapia combinada reduziu em 50% as mortes por HIV e em 80% as infecções oportunistas, efeitos diretos da oferta de tratamento em larga escala.

No plano das políticas públicas, em 2013, o tratamento passou a ser oferecido a todas as pessoas vivendo com HIV, independentemente de carga viral ou estágio imunológico, o que ampliou o benefício individual

1983 – Identificação dos primeiros casos de aids no Brasil.

1985 – Criação do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde com foco em vigilância epidemiológica, prevenção e articulação com a sociedade civil.

1988 – Constituição Federal institui o Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece a saúde como direito universal.

1990 – Regulamentação do SUS amplia ações de vigilância e assistência, com organização progressiva da rede pública de atenção.

Início dos anos 1990 – Chegada dos primeiros antirretrovirais, ainda com eficácia limitada, uso isolado de classes medicamentosas, grande número de comprimidos e efeitos adversos frequentes. O diagnóstico laboratorial é lento.

1996 – Terapia antirretroviral combinada muda de forma decisiva a história da infecção pelo HIV. Aprovada a Lei 9.313, que garante acesso universal e gratuito à terapia antirretroviral pelo SUS.

Anos 2000 – Consolidação do programa brasileiro de HIV/Aids, com ampliação da produção nacional de medicamentos, entrada de genéricos e negociações internacionais de preços, fortalecendo a sustentabilidade do acesso universal.

e o efeito preventivo, ao reduzir a transmissão, que não ocorre quando há carga viral suprimida. E, em 2018, incorporou o dolutegravir ao SUS, para uso na Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP), fortalecendo a estratégia de esquemas mais eficazes e simplificados.

EVOLUÇÃO CONSTANTE

E a política pública evoluiu junto com a ciência. A infectologista Laura Andrade Lagôa Nóbrega, professora na Faculdade São Leopoldo Mandic, aponta que a mudança mais visível na prática clínica foi a melhoria no perfil dos fármacos. "Os medicamentos atuais são mais eficazes, o que proporciona qualidade de vida superior, pois, além de os pacientes não precisarem tomar tantos comprimidos como anteriormente, não sofrem com os efeitos colaterais. As novas medicações são seguras e proporcionam um ótimo controle do vírus no organismo", enfatiza. Laura salienta, ainda, que o diagnóstico também foi simplificado e acelerado com os testes rápidos. "Houve uma época em que demorava quase um mês para obter o resultado da sorologia. Agora, com os testes rápidos, o resultado é dado em menos de 30 minutos, permitindo mais acesso e agilidade no diagnóstico", pontua.

O infectologista Paulo Roberto Abrão Ferreira, docente na Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), aponta que a terapia combinada — que utiliza coquetéis de medicamentos, muitas vezes em um único comprimido, para suprimir a carga viral, tornando-a indetectável e intransmissível — foi decisiva para controlar a doença e reduzir mortes. Além disso, a universalização do tratamento mudou o cuidado em larga escala. "Esse tratamento passou a ser universal, o que significa que todo mundo com diagnóstico deve começá-lo independentemente da sua condição clínica", reitera.

Há ainda a prevenção combinada como resposta à ausência de vacina eficaz e às limitações do uso consistente de preservativos, com destaque para a Profilaxia Pré-Exposição de Risco (PrEP). "A PrEP foi uma revolução. Com uma pílula diária, é possível reduzir em 98% o risco de infecções se a pessoa tiver uma boa adesão", explica Ferreira. O infectologista também aponta a tendência de evolução dos fármacos de longa ação para prevenção e tratamento, com esquemas semestrais e estudos mirando aplicações anuais.

O infectologista Sidnei Rana Pimentel, do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids de São Paulo (CRT DST/Aids-SP), avalia que a incorporação de novas tecnologias diagnósticas alterou de forma decisiva a lógica de acesso ao cuidado. "O diagnóstico do HIV deixou de ser um processo longo e centralizado e passou a acontecer de maneira mais ágil, em diferentes pontos da rede, o que permite iniciar o acompanhamento e o tratamento muito mais cedo", observa.

Ao comentar a trajetória terapêutica, Pimentel destaca a mudança gradual dos esquemas antirretrovirais e o efeito direto sobre a vida dos pacientes. "Evoluímos de um período em que não havia remédios disponíveis, passamos por terapias com grande número de comprimidos e efeitos adversos importantes até chegarmos aos esquemas atuais, mais simples, eficazes e com perspectiva de longa duração", detalha. Essa evolução redefiniu o significado do diagnóstico, segundo o infectologista. "Se, antes, receber o resultado positivo significava uma expectativa de vida muito curta, hoje, a infecção pelo HIV pode ser manejada como uma condição crônica, com controle sustentado do vírus e preservação da saúde", constata, ao mencionar o conceito de indetectável igual a intransmissível.

"A desinformação e o estigma ainda afastam muitas pessoas da testagem e do acompanhamento, com diagnósticos tardios e desfechos evitáveis."

Sidnei Rana Pimentel, infectologista do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids de São Paulo

O avanço mais recente chegou em janeiro deste ano, com a aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do lenacapavir, medicação injetável de longa duração indicada para uso como a PrEP em adolescentes e adultos. Na mesma direção, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou a realização de um estudo em sete cidades brasileiras para analisar a viabilidade da incorporação do medicamento ao SUS.

Em nota, o Ministério da Saúde afirma que a incorporação de inovações ao SUS ocorre de forma responsável, equilibrando evidência científica, sustentabilidade e equidade de acesso. A nota reforça, como medidas adotadas, a negociação de preços, incentivo à produção local e a superação de barreiras de acesso, que, segundo o documento, historicamente colocaram o Brasil na liderança global da garantia de acesso aos antirretrovirais. O texto também salienta a expansão da PrEP na rede pública, ressaltando que é necessário lidar com obstáculos persistentes, como o diagnóstico tardio, as desigualdades regionais e o estigma associado ao HIV.

Nesse sentido, Laura lembra que, mesmo com tratamento e diagnóstico mais acessíveis, ainda há barreiras sociais e econômicas que mantêm pessoas fora do cuidado, refletindo em diagnóstico tardio e mortes evitáveis. Pimentel concorda: "A desinformação e o estigma ainda afastam muitas pessoas da testagem e do acompanhamento, o que contribui para diagnósticos tardios e desfechos que poderiam ser evitados", conclui.

É PRECISO FALAR SOBRE HIV

Na visão de Roseli, a comunicação tem papel direto na redução do estigma e na disseminação de informações que transformam o cuidado, como o conceito de indetectável igual a intransmissível e os acessos à PrEP e à PEP.

Ao recordar a origem da Agência Aids, a jornalista cita a pergunta que ouviu do irmão. "Quando ele recebeu a notícia de que havia vencido a pendência jurídica com a Golden Cross, já muito debilitado, sem enxergar e sem movimentos, virou para mim e perguntou, deitado na cama: 'Legal, e os outros?'", relembra. Segundo ela, a circulação contínua de informação é parte central da resposta pública e precisa alcançar jovens e populações mais vulneráveis.

VIDA QUE SEGUE

Na história de Caio, o controle do vírus marcou uma reorganização do cuidado. "Em 2014, eu fiquei indetectável e foi uma vitória, porque saí de uma condição de aids. Meu CD4 [*contagem de glóbulos brancos que indicam a resposta imune contra infecções*] era 34, sendo que o de uma pessoa saudável é acima de 600. Estava muito debilitado", relata.

Hoje, ele afirma que o vírus faz parte da sua vida sem representar a própria identidade. "Viver com HIV é uma pequena parte de mim, que não me define e, muito menos, limita", diz. Caio também compartilha a percepção de banalização do HIV diante da PrEP, da PEP e do tratamento eficaz. "As pessoas banalizaram o HIV e isso causa uma certa preocupação", declara. Ao fim, Caio chama a atenção para os públicos que ainda não se reconhecem em campanhas. "É preciso que a gente saia da bolha que, de certa forma, reforça o estigma de grupos de risco. Precisamos trazer o debate para pessoas heterossexuais e para a terceira idade", defende. ●

2007 – Licenciamento compulsório do efavirenz reafirma a prioridade do direito à saúde sobre barreiras comerciais.

2000–2010 – Expansão da testagem rápida e descentralização progressiva do cuidado, com maior capilaridade da rede e redução do tempo entre diagnóstico e início do tratamento.

2013 – Brasil passa a recomendar tratamento antirretroviral a todas as pessoas vivendo com HIV, independentemente de sintomas ou carga viral.

2014 – Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP) consolida-se como estratégia regular no SUS, ampliando a prevenção.

2017 – Incorporação da Profilaxia Pré-Exposição de Risco (PrEP) ao SUS amplia a prevenção combinada.

2018 – Incorporação do dolutegravir como base dos esquemas de primeira linha no SUS, com maior potência antiviral, melhor tolerabilidade e regimes terapêuticos mais simples.

Fim da década de 2010 – Consolidação do conceito de indetectável igual a intransmissível, redefinindo os significados clínico e social do diagnóstico de HIV.

2020–2022 – Pandemia de covid-19 afeta testagem, diagnóstico precoce e seguimento clínico, exigindo reorganização do cuidado.

2024 – Mortalidade por aids atinge o menor patamar em três décadas, com queda nos diagnósticos, nos casos de gestantes com HIV, no número de crianças expostas ao vírus e no início tardio da profilaxia neonatal.

2025 – Brasil mantém uma das maiores redes públicas de tratamento antirretroviral do mundo, com foco na prevenção combinada e no diagnóstico precoce.

2026 – Avançam as tecnologias de longa duração, com a aprovação regulatória do lenacapavir e estudos em curso para prevenção e tratamento com esquemas semestrais e, no horizonte, anuais, abrindo uma nova etapa no enfrentamento do HIV no SUS.

ARTIGO

Rodrigo Cogo, *mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e gerente de Projetos Integrados e Engajamento de Comunidade na Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje).*

Da disputa política à gestão da complexidade social

_ A polarização transformou-se em uma das principais lentes para interpretar o século 21. O termo ultrapassou os limites da política e passou a ocupar um lugar central nas discussões sobre consumo, tecnologia, cultura, governança e reputação corporativa.

Mas, antes de tratar a polarização como um problema contemporâneo, é preciso compreendê-la como um conceito em permanente transformação. O estudo Polarização como Infraestrutura Cognitiva da Realidade: a Comunicação Corporativa na Disputa de Significados, Interpretações e Decisões, produzido pelo Centro de Estudos e Análises Econômicas Aplicados à Comunicação da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), dedica-se à retomada histórica e sua atualização frente à preponderância do fenômeno na sociedade atual.

O conceito nasceu na física como um princípio de organização entre polos (importante dizer que sem qualquer perspectiva de oposição ou conflito) e, ao migrar para a ciência política, passou a descrever o distanciamento ideológico. A psicologia social reinterpretou a polarização como um processo de reforços identitário e emocional dos grupos, enquanto a sociologia a associou à fragmentação dos vínculos sociais. Nos estudos da comunicação, tornou-se uma disputa pela construção dos significados públicos; no marketing, passou a explicar a relação entre consumo, identidade e pertencimento; na economia, ganhou dimensão material ao tratar da concentração de renda e das oportunidades; na antropologia, revelou-se como mecanismo de diferenciação simbólica; e nos estudos organizacionais, consolidou-se como uma condição permanente da gestão da reputação, exigindo das empresas a capacidade de navegar em sistemas marcados por expectativas, narrativas e interesses conflitantes.

Para as organizações, essa mudança representa uma ruptura profunda. A polarização deixou de ser apenas um fator externo, ligado às disputas eleitorais, para tornar-se uma condição estrutural do ambiente institucional. Empresas, governos e marcas operam num cenário marcado por expectativas contraditórias, múltiplas interpretações e ecossistemas de informação fragmentados. Uma mesma decisão pode ser percebida simultaneamente como corajosa, insuficiente ou inaceitável, dependendo dos repertórios cultural e político de cada grupo. Nesse contexto, a comunicação corporativa precisa ser bem mais que um exercício de transmissão de mensagens para entregar capacidade analítica de interpretação de conflitos, antecipação de tensões e construção de legitimidade em ambientes de elevada complexidade.

No caso brasileiro, o diagnóstico é ainda mais complexo. Embora a polarização política seja intensa e produza efeitos concretos sobre o consumo, as relações familiares e a confiança nas instituições, o País não pode ser reduzido a dois campos homogêneos e irreconciliáveis. A arena pública amplifica identidades políticas extremadas, enquanto a maior parte da população permanece em zonas intermediárias, mais pragmáticas e menos mobilizadas ideologicamente. Essa distinção é estratégica a empresas e lideranças, porque indica que os conflitos mais visíveis nem sempre representam a totalidade das expectativas sociais.

O impacto sobre a reputação é direto. Em uma sociedade atravessada por diferentes realidades, a comunicação corporativa deixa de competir por atenção e passa a disputar interpretações — a sua nova função, portanto, passa a ser uma espécie de governança da realidade. A construção de confiança torna-se mais importante do que a simples difusão de mensagens; coerência, previsibilidade e transparência passam a valer mais do que posicionamentos performáticos. A vantagem competitiva das organizações dependerá menos de convencer todos e mais da capacidade de dialogar com públicos que operem sob sistemas distintos de crenças, valores e referências culturais.

Por trás do debate sobre polarização, emerge, assim, uma questão mais ampla: a reputação corporativa do século 21 deixou de ser só uma disciplina de gestão da percepção para tornar-se uma disciplina de gestão da complexidade social. Em um ambiente fragmentado, comunicar significa compreender como narrativas, identidades e interesses reorganizam-se continuamente — e como as organizações podem preservar legitimidade sem pressupor consenso. Estamos preparados? ●

ARTIGO

Ana Lúcia Melo, *diretora-adjunta do Instituto Ethos*

O papel das empresas no combate à desigualdade

_ O Brasil convive com uma das estruturas sociais mais desiguais do mundo. E essa realidade não fica do lado de fora dos muros das empresas, permeando as discussões sobre remuneração, acesso a cargos de liderança, oportunidades de carreira, relações com fornecedores e composição do mercado consumidor.

Mais do que uma questão social, a desigualdade tem um custo econômico. Estudo que deu origem ao livro *Os custos das desigualdades: uma carta às elites econômicas* (Jandaíra, 2026), realizado pelos economistas Michael França e Daniel Duque, em parceria com o Instituto Ethos e o Núcleo de Estudos Raciais do Insper (Neri), estima esse impacto em aproximadamente R$ 200 bilhões. Discriminação, violência e baixa mobilidade social comprometem produtividade, renda, arrecadação e crescimento.

As escolhas empresariais fazem parte dessa equação. Ao definirem a estrutura salarial, os critérios de promoção, os fornecedores elegíveis, os territórios prioritários de investimento e a distribuição de oportunidades, as empresas também estão determinando, em alguma medida, como riqueza e poder são distribuídos na sociedade.

Levantamento da agência de notícias Reset com as 79 empresas que compunham o Ibovespa em maio de 2026 mostrou que, considerando dados de 2025, a remuneração do executivo mais bem pago foi, em média, 434 vezes superior à remuneração mediana dos funcionários. No ano anterior, esse múltiplo foi de 184 vezes.

A desigualdade também produz efeitos que chegam diretamente aos negócios. A violência, por exemplo, representa um custo estimado de 4,38% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro — cerca de R$ 285 bilhões por ano —, considerando despesas com seguranças pública e privada, sistema prisional, saúde e perdas de produtividade. A falta de infraestrutura social pode afastar do mercado de trabalho até 7 pontos porcentuais (p.p.) das mulheres, enquanto a violência está associada a uma redução de 4% a 6% na renda do trabalho feminino.

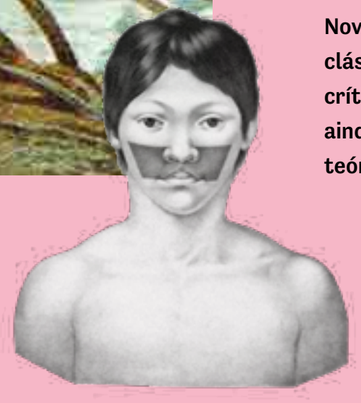
Há ainda um reflexo no mercado consumidor. Embora a pobreza tenha recuado de 27,3% para 23,1% entre 2023 e 2024, milhões de brasileiros ainda vivem com menos de R$ 225 por mês. A vulnerabilidade reduz o poder de consumo e limita o tamanho efetivo do mercado. Por isso, não basta compensar desigualdades por meio de projetos sociais se as práticas de negócio continuam reproduzindo barreiras. A Pesquisa Ethos de Diversidade, Equidade e Inclusão 2025–2026 mostra esse problema: embora 99,5% das 206 organizações participantes incluam a não discriminação em seus códigos de conduta, apenas 32,5% vinculam remuneração variável a metas de diversidade e 35,9% utilizam critérios de diversidade para homologação de fornecedores.

O enfrentamento estrutural passa, portanto, pelas decisões que definem como uma empresa remunera, contrata, promove, compra, relaciona-se com fornecedores, paga impostos e distribui riscos e oportunidades. Sustentabilidade, diversidade e inclusão devem estar incorporadas à governança, ao orçamento e à avaliação de desempenho.

As empresas são atores econômicos e sociais relevantes. Reconhecer a própria responsabilidade no enfrentamento das desigualdades não significa transferir ao setor privado as funções que cabem ao Estado, mas compreender que decisões empresariais têm consequências que ultrapassam os limites das organizações. Uma sociedade menos desigual também é condição para relações econômicas mais sustentáveis e uma prosperidade compartilhada. ●

texto Edison Veiga
ilustração Maria Fernanda Gama





Os frutos de 'Raízes do Brasil'

Noventa anos depois de sua publicação, clássico basilar do pensamento crítico sobre a formação brasileira ainda suscita debates e norteia teóricos das novas gerações.



Livro, emprego e matrimônio: 1936 foi crucial para a vida de Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982). Naquele ano, tornou-se professor assistente na então Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, casou com a pianista Maria Amélia Alvim (1910–2010) e publicou seu mais importante livro, um imponente cartão de visitas para a vida acadêmica que construiria a partir de então. *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição foi lançada há 90 anos, tornou-se um dos clássicos da bibliografia obrigatória de todos aqueles que queiram entender a formação da sociedade brasileira.

Se aos 34 anos o próprio pensamento de Holanda ainda não havia chegado à maturidade intelectual, olhar anacronicamente para a obra faz com que seja natural observar as alterações substanciais das edições posteriores — sobretudo a segunda, de 1948, e a terceira, de 1956. O cerne, contudo, está no pioneirismo de encarar o Brasil como problema, dos pontos de vista historiográfico e sociológico. "*Raízes do Brasil* analisa o País como uma grande contradição. E a contradição principal é de temporalidades", afirma o historiador Thiago Lima Nicodemo, professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp) e autor de *Alegoria moderna: crítica literária e história da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda* (Editora Unifesp, 2014).

Nicodemo explica que o pensador identificou uma falta de sincronia estrutural em "um país que estava se modernizando, ganhando estrutura burocrática", de certa forma, "sendo inventado". Trazia na bagagem não só o seu estofo intelectual, como também a experiência adquirida com os intelectuais europeus — passara uma temporada na Alemanha — e a influência da amizade com gigantes do modernismo, principalmente o poeta Mário de Andrade (1893–1945).

RUMO AO MODERNO

Nos anos 1930, o Brasil buscava se modernizar, transformando-se de gigante rural em urbanizado e industrializado, aos moldes do século 20. Contudo, Holanda percebeu que esse processo se dava de maneira quase disfuncional por causa das pessoas encarregadas dessa construção, analisa Nicodemo. "Os bacharéis que passaram a ocupar o Estado eram, em boa parte, filhos de antigos senhores de terras escravistas, formados num ambiente de escravidão e patrimonialismo", pontua. E a mentalidade dessa elite parecia funcionar segundo tais valores, o que contaminou a lógica das instituições que se propunham a criar. "Traziam o que havia de mais velho, arcaico e atrasado para inaugurar coisas aparentemente novas", resume.

Aí estaria a gênese de uma questão muito brasileira: o fato de a esfera pública ser influenciada pelo âmbito privado. "No engenho, a família era o núcleo da política", explica Nicodemo. "E o senhor tratava as pessoas à sua volta como parentes menores. Tudo era patriarcal, e esse patriarcalismo entrou no modo de funcionamento do Estado", destaca o historiador. Na visão dos pensadores contemporâneos, esse é o principal ponto de atualidade de *Raízes do Brasil*. "O País segue contraditório, ainda faz sentido pensar nessas grandes dessincronias. De um lado, o desejo de institucionalização, de novas práticas, e a necessidade de fundar e estruturar. De outro, velhos hábitos que resistem e que pertencem a elites políticas de pensamento retrógrado", observa.

DO PRIVADO PARA O PÚBLICO

Raízes do Brasil é uma interpretação macro do processo de formação da sociedade brasileira. O eixo principal de sua leitura é a compreensão de que o aspecto personalista da experiência colonial se transformou em entrave para a consolidação da própria democracia. De forma geral, foi como se as fazendas de engenho tivessem sido constituídas tais e quais feudos, com relações de poder oriundas de um núcleo familiar central e uma mistura entre o público e o privado que contaminaria, na forma de valores arraigados, o pensamento que depois se tornaria o do *status quo* na Nação. A inovação de Holanda estava também na lupa utilizada para analisar o País. Ao contrário das gerações anteriores, que tendiam a problematizar o Brasil segundo uma lógica racial, ele entendia que era possível diagnosticá-lo por meio das ciências sociais, partindo de uma cuidadosa análise histórica das relações econômicas e políticas fundamentais.



Ao contrário das gerações anteriores, que tendiam a problematizar o Brasil segundo uma lógica racial, Holanda entendia que era possível diagnosticá-lo por meio das ciências sociais



Conforme ressalta o sociólogo Rogério Baptistini, professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie, *Raízes do Brasil* trouxe a "proposição de uma interpretação da Nação que rompeu com os estereótipos racistas e deterministas da época". Era um tempo em que predominavam teorias buscando desqualificar o povo brasileiro por causa da mestiçagem. "Holanda apresentou uma nova leitura, não mais apoiada em determinantes geográfico-raciais, mas na compreensão das estruturas culturais e históricas", avalia. "É o ensaio de uma ciência social moderna, que aponta para o encontro com a realidade brasileira, transformada em problema de estudo para as gerações posteriores."

"Holanda passou o resto da vida recusando a leitura do homem cordial como figura de bondade, porque se tratava, na verdade, de uma figura de violência."

Thiago Lima Nicodemo, professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp)

ETERNA CONSTRUÇÃO

Se o livro tornou-se o principal da obra buarqueana, o próprio autor tomou o cuidado de revisitar o ensaio, ampliá-lo e ajustá-lo nas edições seguintes. Segundo Nicodemo, embora as principais alterações tenham sido realizadas nas segunda e terceira edições, apenas na publicação de 1969 — que ganhou o prefácio de Antonio Candido (1918–2017) — a obra ganhou a forma canonizada. Em 1948, Holanda deu as mais radicais canetadas no texto. Ele "mexeu na estrutura, criou capítulos novos, acrescentou e suprimiu muita coisa", conta. "Os dois capítulos que, na primeira edição, tratavam do 'passado agrário' deram lugar a 'Herança rural' e 'O semeador e o ladrilhador', ambos bastante reescritos", exemplifica. Uma análise comparada, realizada pelo historiador João Kennedy Eugênio, professor na Universidade Federal do Piauí (UFPI), concluiu que, de uma edição para a outra, foram acrescidos 116 parágrafos novos — cerca de um terço a mais de texto. "As alterações de 1956 foram mais pontuais, mas reforçaram o sentido da revisão anterior", acrescenta.

Foram duas as principais motivações de Holanda para empreender os ajustes. Em primeiro lugar, a maturidade adquirida por sua formação como "historiador de ofício ao longo dos anos 1940", aponta Nicodemo. Vale lembrar que, embora tenha se tornado conhecido e brilhado como historiador, Holanda havia se formado em Ciências Jurídicas e Sociais. Na década de 1940, retornou do Rio de Janeiro para São Paulo e assumiu o posto de diretor do Museu do Ipiranga. "A revisão atenuou a matriz sociológica do livro e adensou o aparato de erudição histórica", contextualiza.

A outra motivação do autor, contudo, pode ser vista como a mais importante: a mudança do horizonte político. Após a publicação da primeira edição, o Brasil viveu o período do Estado Novo, a ditadura varguista. E o mundo experimentou os horrores da ascensão do nazifascismo, regimes que acabariam desencadeando a Segunda Guerra Mundial. "Depois da guerra, ficou evidente que certas avaliações de matriz conservadora associavam-se ao fascismo e ao nazismo, algo que quem escrevia nos anos 1930 não enxergava com tanta clareza. O que fez, então, foi uma limpeza de citações e referências a autores mais conservadores, em alguns casos, organicistas. Esses autores acreditavam que o desenvolvimento de um país deveria seguir aquilo que lhe era cultural e socialmente orgânico", esclarece Nicodemo. "Na juventude, Holanda tendia a ver a democracia no Brasil como muito difícil, quase impossível, justamente porque não parecia orgânica à nossa formação", acrescenta.

É por isso que essas mudanças, mais do que meros ajustes editoriais, revelam respostas diferentes para questões fundamentais da obra. O autor deixa de entender o Brasil como algo pronto e vira-se para um país em construção, o que fica evidentemente claro no derradeiro capítulo "Nossa revolução". Antes, Holanda afirma que a revolução brasileira era um processo que "durou" três quartos de século. Na versão consolidada, o processo "vem durando". O autor também substituiu a ideia de que o Brasil seria "o único esforço bem-sucedido" de transplante da cultura europeia para os trópicos — torna-se uma "tentativa" desse enxerto.

Apontar lacunas na análise buarqueana é cair no anacronismo, obviamente. O que mais salta aos olhos do leitor contemporâneo é que o arcabouço teórico erguido por *Raízes do Brasil* parece resultante das tensões e dos ajustes entre o colonizador europeu e o negro escravizado. Assim, os indígenas são apenas os que estavam no Brasil antes, e não agentes dessa construção de sociedade. "Esse é um dos principais cuidados que precisamos ter hoje", adverte o historiador Carlos Trubiliano, professor na Universidade Federal de Rondônia (Unir) e ex-assistente técnico na Fundação Nacional dos Povos indígenas (Funai). A perspectiva acadêmica de onde partiu a interpretação de Holanda era aquela eurocêntrica, que tinha como ponto nevrálgico fundador a experiência colonizadora. "Essa visão faz com que a presença e, principalmente, o protagonismo histórico dos povos indígenas apareça de maneira bastante reduzida. Mas eles foram sujeitos ativos da formação do Brasil", conclui.

QUEM É O HOMEM CORDIAL?

Efeito colateral da fama de *Raízes do Brasil* é a banalização de alguns dos conceitos da obra, em especial a ideia de que o brasileiro seria cordial. No dia a dia, é comum o uso de "homem cordial" como algo intrinsecamente positivo, uma espécie de justificativa acadêmica para o estereótipo de gentileza. Não é nada disso. "O homem cordial é, antes de tudo, uma metáfora construída a partir de reduções sociológicas. Representa um traço social do brasileiro, a tendência de privilegiar as relações de amizade. A palavra vem de cor, coração, porque se trata das relações de afeto, e essas relações interferem na vida pública e, às vezes, chegam a comandá-la", opina Nicodemo.

Segundo o historiador, o homem cordial nada mais é do que a permanência dos hábitos e das formas de sociabilidade da sociedade agrária e do núcleo familiar dentro do Estado que se forma ao longo do século 19. "A figura funciona como uma espécie de dobra: Holanda fala do passado colonial ao mesmo tempo que fala da formação da Nação no século 20, e deixa essa formação em aberto", prossegue. No fim, é um traço que associamos muito à corrupção, que nada mais é do que a apropriação do interesse público pelo interesse privado. Nesse sentido, a análise continua sendo uma chave de leitura atual. "Holanda passou o restante da vida recusando a leitura do homem cordial como figura de bondade, porque se tratava, na verdade, de uma figura de violência", finaliza.

Raízes do Brasil posiciona-se como um ensaio dentro de uma ideia moderna de ciência social — no mesmo balaio de outros clássicos como *Casa-grande & senzala*, que Gilberto Freyre (1900–1987) havia publicado três anos antes, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, de Caio Prado Júnior (1907–1990). Noventa anos depois, há mais do que o livro em si; Holanda deixou um jeito próprio de pensar a história e a sociedade brasileira. "[*Legou*] a atitude de interrogar os dilemas e os riscos humanos e sociais da vida no Brasil", afirma o historiador Paulo Henrique Martinez, professor na Universidade Estadual Paulista (Unesp). "Ficou o interesse de conhecer e transformar estruturas, práticas e comportamentos cotidianos que reproduzem as desigualdades extremas e a violenta opressão que pesa sobre a maioria da população", resume. ●





SOBERANIA
é divulgar a
ciência do Brasil
para os brasileiros.

DEMOCRACIA
é garantir o
acesso a ela.

abori
soluções para um conhecimento
científico acessível

abori.com.br



ONDE TEM COMÉRCIO TEM HISTÓRIA

Tem o empreendedor que abriu as portas pela primeira vez. O empresário que conquistou o próprio espaço e o que ainda está batalhando para chegar lá. Tem o negócio que passou de pai para filho e está há gerações na família. E outras tantas pessoas que acreditam e não têm medo de realizar.

E a gente está aí, há 88 anos fazendo história ao lado de quem empreende, trabalha e faz acontecer.

FECOMERCIOSP & SINDICATOS EMPRESARIAIS | Sesc Senac

88 ANOS JUNTOS LEGADO INFINITO

88 ANOS - LEGADO INFINITO